

R\$ 13,2700	04.176.836/0001-00	15/08/2019 11:41:49:860
R\$ 13,3000	02.480.417/0001-24	15/08/2019 11:41:51:563
R\$ 13,2600	09.473.928/0001-68	15/08/2019 11:41:59:453
R\$ 11,3900	14.150.937/0001-58	15/08/2019 11:42:07:783
R\$ 13,2500	16.866.828/0001-67	15/08/2019 11:42:07:813
R\$ 11,3600	04.176.836/0001-00	15/08/2019 11:42:11:017
R\$ 12,0000	02.480.417/0001-24	15/08/2019 11:42:12:627
R\$ 11,3500	09.473.928/0001-68	15/08/2019 11:42:20:440
R\$ 11,3400	22.854.208/0001-00	15/08/2019 11:42:27:847
R\$ 11,3100	04.176.836/0001-00	15/08/2019 11:42:31:253
R\$ 11,3000	09.473.928/0001-68	15/08/2019 11:42:44:143
R\$ 11,3000	02.480.417/0001-24	15/08/2019 11:42:48:020
R\$ 11,2700	04.176.836/0001-00	15/08/2019 11:42:51:350
R\$ 11,2600	09.473.928/0001-68	15/08/2019 11:43:05:113
R\$ 11,2300	04.176.836/0001-00	15/08/2019 11:43:11:397
R\$ 11,2200	02.480.417/0001-24	15/08/2019 11:43:15:287
R\$ 11,2100	22.745.664/0001-12	15/08/2019 11:43:23:600
R\$ 11,2000	09.473.928/0001-68	15/08/2019 11:43:26:833
R\$ 11,1600	04.176.836/0001-00	15/08/2019 11:43:31:680
R\$ 11,1500	31.128.170/0001-80	15/08/2019 11:43:42:023
R\$ 11,1400	09.473.928/0001-68	15/08/2019 11:43:47:633
R\$ 11,1100	04.176.836/0001-00	15/08/2019 11:43:52:587
R\$ 11,1900	22.745.664/0001-12	15/08/2019 11:43:53:510
R\$ 11,1000	02.480.417/0001-24	15/08/2019 11:44:00:447

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**

#### Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	15/08/2019 10:40:55	Item aberto.
Iminência de Encerramento	15/08/2019 11:34:26	Batida iminente. Data/hora iminência: 15/08/2019 11:39:26.
Encerrado	15/08/2019 11:44:03	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	19/08/2019 17:35:26	Convocado para envio de anexo o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	19/08/2019 17:35:26	Convocado para envio de anexo o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	19/08/2019 17:36:31	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Recusa	02/09/2019 14:51:44	Recusa da proposta. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, pelo melhor lance de R\$ 11,1000. Motivo: Conforme restrição no CNJ nos termos do item 50.3.1 do Edital.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	02/09/2019 14:58:03	Convocado para envio de anexo o fornecedor RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ/CPF: 04.176.836/0001-00.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	02/09/2019 15:49:00	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ/CPF: 04.176.836/0001-00.
Aceite	02/09/2019 17:07:42	Aceite individual da proposta. Fornecedor: RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ/CPF: 04.176.836/0001-00, pelo melhor lance de R\$ 11,1100.
Recusa	04/09/2019 19:29:10	Recusa da proposta. Fornecedor: RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ/CPF: 04.176.836/0001-00, pelo melhor lance de R\$ 11,1100. Motivo: Decisão após revisão do que consta nos autos da Ação Civil Pública de processo nº 0001834-09.2010.8.16.0150, da Vara Cível de Santa Helena – PR.
Aceite	04/09/2019 19:29:32	Aceite individual da proposta. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, pelo melhor lance de R\$ 11,1000. Motivo: Decisão após revisão do que consta nos autos da Ação Civil Pública de processo nº 0001834-09.2010.8.16.0150, da Vara Cível de Santa Helena – PR.
Habilitado	06/09/2019 16:19:47	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24

**Não existem intenções de recurso para o item**

R\$ 15,9500	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:28:51:690
R\$ 15,9400	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:28:54:813
R\$ 15,9000	07.062.925/0001-06	19/08/2019 09:29:00:813
R\$ 15,9300	26.507.653/0001-55	19/08/2019 09:29:03:033
R\$ 15,8900	11.178.569/0001-68	19/08/2019 09:29:08:143
R\$ 15,8800	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:29:12:643
R\$ 15,8700	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:29:15:673
R\$ 15,8600	26.507.653/0001-55	19/08/2019 09:29:23:173
R\$ 15,8500	11.178.569/0001-68	19/08/2019 09:29:28:893
R\$ 16,0100	33.054.781/0001-56	19/08/2019 09:29:29:143
R\$ 15,8100	07.062.925/0001-06	19/08/2019 09:29:35:740
R\$ 15,8000	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:29:40:287
R\$ 15,8000	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:29:40:287
R\$ 15,7900	26.507.653/0001-55	19/08/2019 09:29:43:427
R\$ 15,7800	11.178.569/0001-68	19/08/2019 09:29:49:880
R\$ 15,7300	07.062.925/0001-06	19/08/2019 09:29:55:803
R\$ 13,3000	32.617.419/0001-83	19/08/2019 09:30:06:193
R\$ 15,7200	26.507.653/0001-55	19/08/2019 09:30:08:163
R\$ 15,7200	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:30:13:490
R\$ 14,0000	11.178.569/0001-68	19/08/2019 09:30:13:630
R\$ 13,2900	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:30:27:490
R\$ 13,2500	07.062.925/0001-06	19/08/2019 09:30:30:493
R\$ 13,2400	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:30:36:100
R\$ 13,2300	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:30:48:620
R\$ 13,2200	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:30:59:383
R\$ 15,7600	33.054.781/0001-56	19/08/2019 09:31:04:197
R\$ 15,6200	30.945.249/0001-30	19/08/2019 09:31:18:950
R\$ 13,2100	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:31:38:263
R\$ 13,2000	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:31:42:217
R\$ 20,0000	28.501.247/0001-00	19/08/2019 09:31:53:140
R\$ 13,1900	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:32:00:513
R\$ 13,1800	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:32:06:797
R\$ 13,1700	02.480.417/0001-24	19/08/2019 09:32:55:923
R\$ 13,1600	27.184.259/0001-96	19/08/2019 09:32:59:813

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**

#### Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	19/08/2019 08:44:43	Item aberto.
Iminência de Encerramento	19/08/2019 09:25:22	Batida iminente. Data/hora iminência: 19/08/2019 09:26:22.
Encerrado	19/08/2019 09:33:13	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	19/08/2019 10:31:44	Convocado para envio de anexo o fornecedor LICITE BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 27.184.259/0001-96.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	19/08/2019 10:54:12	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor LICITE BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 27.184.259/0001-96.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	19/08/2019 16:21:21	Convocado para envio de anexo o fornecedor LICITE BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 27.184.259/0001-96.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	19/08/2019 16:22:45	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor LICITE BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 27.184.259/0001-96.
Recusa	28/08/2019 11:04:23	Recusa da proposta. Fornecedor: LICITE BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 27.184.259/0001-96, pelo melhor lance de R\$ 13,1600. Motivo: Modelo apresentado na proposta não atende as exigência do Edital.
Aceite	28/08/2019 11:04:39	Aceite individual da proposta. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, pelo melhor lance de R\$ 13,1700.

Abertura do prazo de Convocação - Anexo	28/08/2019 11:05:09	Convocado para envio de anexo o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	28/08/2019 11:29:33	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	28/08/2019 14:01:35	Convocado para envio de anexo o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	28/08/2019 14:05:52	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Habilitado	29/08/2019 09:15:37	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24
Recusa	29/08/2019 09:35:46	Recusa da proposta. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, pelo melhor lance de R\$ 13,1700. Motivo: Certidão Positiva no CNJ.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	29/08/2019 09:37:08	Convocado para envio de anexo o fornecedor ORGANIZACOES MSL EIRELI, CNPJ/CPF: 07.062.925/0001-06.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	29/08/2019 10:52:20	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor ORGANIZACOES MSL EIRELI, CNPJ/CPF: 07.062.925/0001-06.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	29/08/2019 11:02:38	Convocado para envio de anexo o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	29/08/2019 11:06:48	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24.
Aceite	29/08/2019 11:12:12	Aceite individual da proposta. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, pelo melhor lance de R\$ 13,1700. Motivo: Sr. licitante, diante dos documentos apresentado, este pregoeiro reconsidera sua decisão e habilita a empresa.
Habilitado	29/08/2019 11:12:24	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24

**Não existem intenções de recurso para o item**

#### Item: 19 - REATOR LÂMPADA

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
30.354.118/0001-89	PENIEL COMERCIO E SUPRIMENTO EIRELI <b>Marca:</b> delta plus <b>Fabricante:</b> delta plus <b>Modelo / Versão:</b> dp120afp <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Reator Lâmpada, 1 Un, 20 W, 110/220 V, Lâmpadas Fluorescentes, Partida Eletrônica,Reatores lâmpadas TL5 utiliza-se de material em policarbonato de alta durabilidade, além de possuir alto fator de potência, partida instantânea e tamanho compacto. Para duas lâmpadas T8 ou T10/T12, de 36w a 20W, e são Bivolt operando em 127V e 220V	Sim	Sim	50	R\$ 15,0000	R\$ 750,0000	19/08/2019 08:11:20
28.423.235/0001-05	MULTI LITE COMERCIAL ELETRICA LTDA. <b>Marca:</b> FORTEC <b>Fabricante:</b> FORTEC <b>Modelo / Versão:</b> REATOR ELETR. AFP, 1 X 18/20W BIVOLT, FT008 <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Reator Lâmpada, 1 Un, 20 W, 110/220 V, Lâmpadas Fluorescentes, Partida Eletrônica,Reatores lâmpadas TL5 utiliza-se de material em policarbonato de alta	Sim	Sim	50	R\$ 23,0000	R\$ 1.150,0000	19/08/2019 07:54:25
27.184.259/0001-96	LICITE BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI <b>Marca:</b> dsw <b>Fabricante:</b> lupe <b>Modelo / Versão:</b> Reator eletronico 1x20W <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Reator Lâmpada, 1 Un, 20 W, 110/220 V, Lâmpadas Fluorescentes, Partida Eletrônica,Reatores lâmpadas TL5 utiliza-se de material em policarbonato de alta durabilidade, além de	Sim	Sim	50	R\$ 24,8600	R\$ 1.243,0000	01/08/2019 14:30:11

Sistema	16/05/2019 17:53:17	Senhor Pregoeiro, o fornecedor TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ/CPF: 08.842.653/0001-20, enviou o anexo para o item 2.
Pregoeiro	16/05/2019 18:05:15	Para TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - Sr. licitante, sua proposta e documentos para os itens 2 e 3 serão encaminhados para análise do setor técnico.
Pregoeiro	16/05/2019 18:05:51	Tendo em vista o fim do horário comercial, a sessão pública será suspensa e reaberta amanhã, dia 17/05, a partir das 14:00 horas. Boa tarde a todos!
Pregoeiro	17/05/2019 14:02:21	Boa tarde, senhores! Retomamos neste momento as atividades relativas ao Pregão nº 09/2019.
Pregoeiro	17/05/2019 14:04:13	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Sr. licitante, sua proposta para o item 1 foi aprovada pelo setor técnico e será aceita no sistema.
Pregoeiro	17/05/2019 14:08:54	Para TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - Sr. licitante, sua proposta para os itens 2 e 3 foi aprovada pelo setor técnico e será aceita no sistema.
08.842.653/0001-20	17/05/2019 14:25:02	Boa tarde
08.842.653/0001-20	17/05/2019 14:25:07	OK
08.842.653/0001-20	17/05/2019 14:25:15	Agradecemos
Pregoeiro	17/05/2019 15:02:19	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Passemos à etapa de habilitação: Em consulta ao SICAF, constatamos a regularidade da empresa em todos os quesitos, conforme item 41 do edital.
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:04:02	Ok.
Pregoeiro	17/05/2019 15:04:54	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Contudo, em consulta aos cadastros do subitem 41.1, verificamos certidão positiva do sócio Genaro Moacir Prates no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ. Assim, a empresa não atende o requisito de habilitação do subitem 41.1.3, cumulado com 41.2.
Pregoeiro	17/05/2019 15:06:48	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Assim, a empresa será inabilitada no sistema.
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:07:39	Manifestamo-nos nos termos de decisão proferida recentemente em Mandado de Segurança sobre o assunto: Neste contexto, a despeito da condenação do sócio administrador, com fundamento na norma do art. 12, I da Lei n. 8.429/92, impõe-se concluir que a pena consistente na proibição de contratar com a Administração Pública não possui efeito automático da sentença
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:08:03	Pelo contrário, sua aplicação depende da expressa definição e/ou descrição da sanção pelo Poder Judiciário. Dito isso, o ato administrativo por meio do qual se declarou a inabilitação da empresa Impetrante, em razão do registro do nome de seu sócio administrador no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:08:27	Conselho Nacional de Justiça, mostra-se excessivo e desarrazoado, na medida em que se reconhece vedação não prescrita na condenação imputada ao responsável pela administração da Impetrante. Com isso, à primeira vista, considero imperioso reconhecer a presença de fundamentos relevantes ao deferimento do pedido de medida liminar.
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:10:41	Além desta, possuímos duas outras decisões recentes, também em sede de Mandado de Segurança, onde há deferimento de medida liminar com a finalidade de suspender pregão eletrônico, por entender equivocada decisão de inabilitação da empresa. A decisão decorre do fato de NÃO HAVER impedimento de licitar ou contratar com o poder público que recaia sobre o sócio.
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:15:04	Além de três decisões favoráveis para empresa, também há manifestação do Ministério Público Federal, nos autos nº 5001384-95.2019.4.04.7016 em tramite na 1ª Vara Federal de Toledo que também entende que a circunstancia de desclassificação pelo presente motivo é descabida.
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:22:07	Para efeitos de comprovação ao alegado, os termos citados inicialmente estão contidos em decisão proferida nos autos nº 1003165-73.2019.4.01.3600, Classe: Mandado de segurança cível. Órgão julgador: 1ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMT. Atenciosamente.
Pregoeiro	17/05/2019 15:55:16	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Certo. Solicito então encaminhar para o e-mail prpr-cpl@mpf.mp.br a sentença do Processo nº 00018340920108160150, bem como demais decisões e documentos que entenderem convenientes para o entendimento da questão.
02.480.417/0001-24	17/05/2019 15:58:39	Ok, estarei enviando em instantes.
Pregoeiro	17/05/2019 16:36:12	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Sr. licitante, solicito também encaminhar, anexa ao sistema, a sentença do Processo nº 00018340920108160150.
Sistema	17/05/2019 16:36:45	Senhor fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	17/05/2019 16:43:59	Senhor Pregoeiro, o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	17/05/2019 16:58:24	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Sr. licitante, diante dos argumentos e fatos apresentados, esta Pregoeira reconsidera sua decisão de inabilitar a empresa, pois, apesar de condenado a ressarcir danos materiais no âmbito de ação civil pública proposta pelo MP do Estado do Paraná, o sócio-administrador da empresa não foi sancionado com a pena de proibição de contratar com o Poder Público.
Pregoeiro	17/05/2019 17:03:56	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - É o que se depreende da sentença proferida nos autos do processo nº 0001834-09.2010.8.16.0150. Assim, a licitante atende os requisitos do subitem 41.1 do edital.



Pregoeiro	17/05/2019 17:13:35	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - A empresa encaminhou as declarações dos subitens 43.1, 43.2 e 43.3 do edital, bem como o atestado de capacidade técnica, em atendimento ao subitem 43.4. Contudo, em relação à declaração do subitem 43.2, faltou marcar as opções existentes. Solicito portanto, enviar nova versão anexa ao sistema.
Sistema	17/05/2019 17:13:46	Senhor fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	17/05/2019 17:16:03	Senhor Pregoeiro, o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	17/05/2019 17:24:59	Para TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - Passemos à etapa de habilitação: Em consulta ao SICAF, constatamos o vencimento das informações relativas à Receita Estadual/Distrital. Solicito, portanto, o envio de certidão de regularidade dos tributos estaduais/distritais, bem como o envio das declarações dos subitens 43.1, 43.2 e 43.3 do edital.
Sistema	17/05/2019 17:25:26	Senhor fornecedor TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ/CPF: 08.842.653/0001-20, solicito o envio do anexo referente ao item 2.
08.842.653/0001-20	17/05/2019 17:25:40	Boa tarde
Pregoeiro	17/05/2019 17:32:24	Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Sr. licitante, recebemos satisfatoriamente a declaração do subitem 43.2. A empresa atende os requisitos do edital e será habilitada no sistema. Portanto, declaro-a VENCEDORA do item 1 do Pregão Eletrônico nº 09/2019, com o valor unitário de R\$ 11,20, conforme proposta apresentada.
02.480.417/0001-24	17/05/2019 17:35:24	Ok, agradecemos vossa atenção e disposição.
Sistema	17/05/2019 17:47:48	Senhor Pregoeiro, o fornecedor TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ/CPF: 08.842.653/0001-20, enviou o anexo para o item 2.
Pregoeiro	17/05/2019 18:11:02	Para TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - A empresa encaminhou a Certidão Negativa de Débitos do Distrito Federal, cuja autenticidade foi confirmada em consulta ao sítio <a href="http://www.fazenda.df.gov.br">www.fazenda.df.gov.br</a> . Assim, a licitante atende os requisitos do item 41 do edital.
Pregoeiro	17/05/2019 18:12:12	Para TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - Em consulta aos cadastros do subitem 41.1, verificamos que a empresa atende todos os requisitos.
08.842.653/0001-20	17/05/2019 18:14:20	Agradecemos
Pregoeiro	17/05/2019 18:15:42	Para TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - A empresa encaminhou também as declarações dos subitens 43.1, 43.2 e 43.3 do edital, bem como atestados de capacidade técnica, em atendimento ao subitem 43.4.
Pregoeiro	17/05/2019 18:17:15	Para TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - Assim, a empresa atende os requisitos do edital e será habilitada no sistema. Portanto, declaro-a VENCEDORA dos itens 2 e 3 do Pregão Eletrônico nº 09/2019, com os respectivos valores unitários de R\$ 8,90 e R\$ 4,99, conforme proposta apresentada.
Pregoeiro	17/05/2019 18:21:30	Senhores, devido ao fim do horário comercial às 18:00 horas, a sessão pública será suspensa e sua reabertura, com a habilitação das empresas no sistema e abertura do prazo para eventuais recursos, ocorrerá na próxima segunda-feira, dia 20/05, a partir das 14:00 horas. Bom fim de semana a todos!
Pregoeiro	20/05/2019 14:00:45	Boa tarde, senhores! Retomamos neste momento as atividades relativas ao Pregão nº 09/2019.
Pregoeiro	20/05/2019 14:04:59	A empresa Queretaro foi declarada vencedora do item 1 e a Top Light vencedora dos itens 2 e 3 e serão habilitadas no sistema.
Sistema	20/05/2019 14:05:16	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na aceitação'.
Pregoeiro	20/05/2019 14:05:34	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 20/05/2019 às 14:26:00.
Pregoeiro	20/05/2019 14:30:06	Senhores, informo que não houve registro de intenção de recurso.
Pregoeiro	20/05/2019 14:30:39	Em atenção ao disposto no Decreto 7.892/13, atualizado, e Item 38 do Edital, as interessadas em reduzir seus preços aos apresentados pelas vencedoras, poderão encaminhar proposta virtual (para o endereço <a href="mailto:prpr-cpl@mpf.mp.br">prpr-cpl@mpf.mp.br</a> ) para fins de formação de cadastro de reserva, nos moldes do Anexo V do Edital, no prazo de 20 minutos contados desta mensagem.
Pregoeiro	20/05/2019 15:08:22	Conforme faculta do subitem 50.1 do edital, ficam as vencedoras dispensadas de enviar os originais / cópias autenticadas dos documentos encaminhados durante a sessão pública.
Pregoeiro	20/05/2019 15:09:51	Declaro encerrada a sessão. Boa tarde a todos!

**Eventos do Pregão**

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo Informado	20/05/2019 14:05:16	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento de Prazo	20/05/2019 14:05:34	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 20/05/2019 às 14:26:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Decreto 5450/2005. Nada

mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:10 horas do dia 20 de maio de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MONICA SAID LINZMAYER  
**Pregoeiro Oficial**

---

LIS MARIA GARCIA  
**Equipe de Apoio**

---



[Voltar](#)



**UASG:** 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
**Pregão N°:** 442018

### Mensagens da Sessão Pública

**Pregoeiro fala:** (12/09/2019 14:42:48) Para MULTI LITE COMERCIAL ELETRICA LTDA. - Ok, obrigado.

**Fornecedor fala:** (12/09/2019 14:41:15) Ok, faremos o mesmo preço para os itens 13 e 69, R\$28,68.

**Fornecedor fala:** (12/09/2019 14:39:26) Peço a gentileza de aguardar somente um instante que estou verificando a sua solicitação.

**Pregoeiro fala:** (12/09/2019 14:39:17) Para MULTI LITE COMERCIAL ELETRICA LTDA. - Boa tarde.

**Fornecedor fala:** (12/09/2019 14:38:50) Boa tarde!

**Pregoeiro fala:** (12/09/2019 14:32:59) Para MULTI LITE COMERCIAL ELETRICA LTDA. - Senhor licitante, tendo em vista que você venceu os itens 13 (ampla concorrência) e 69 (cota reservada ME/EPP), precisamos negociar o valor do maior para que fique igual ao menor, conforme disposto no subitem 1.3 do Termo de Referência, anexo I do edital. Você concorda em fornecer os dois itens pelo valor de R\$ 28,98?

**Pregoeiro fala:** (12/09/2019 14:02:40) Após análise das decisões judiciais anexadas pela empresa Queretaro, constatei que não cabe inabilitação da empresa, conforme disposto nas referidas decisões. Diante do exposto, a mesma será convocada a anexar sua documentação de habilitação junto às demais licitantes vencedoras, assim que os itens restantes forem aceitos.

**Pregoeiro fala:** (12/09/2019 14:01:26) Boa tarde, estamos reiniciando a sessão.

**Pregoeiro fala:** (10/09/2019 17:35:19) A sessão será suspensa agora para análise das propostas apresentadas pelos próximos colocados nos itens que retornaram à fase de aceitação. Retornaremos no dia 12/09/2019 às 14:00 horas, horário de Brasília.

**Pregoeiro fala:** (10/09/2019 17:33:58) A sessão será suspensa agora para análise das propostas apresentadas pelos próximos colocados nos itens que retornaram à fase de habilitação. Retornaremos no dia 12/09/2019 às 14:00 horas, horário de Brasília.

**Pregoeiro fala:** (10/09/2019 17:07:02) Informo que a documentação anexada pela empresa Queretaro Tecnologia de Proteção Ambiental Ltda está em análise. Quanto à empresa Mario Sergio Caslini Construtora, a mesma será inabilitada e retornarei à fase de aceitação, para que sejam convocadas as próximas colocadas em cada um dos itens vencidos pela mesma.

**Sistema informa:** (10/09/2019 17:03:52) Senhor fornecedor MARIO SERGIO CASLINI CONSTRUTORA, CNPJ/CPF: 19.099.184/0001-17, o prazo para envio de anexo para o item 2 foi encerrado pelo Pregoeiro.

**Pregoeiro fala:** (10/09/2019 17:03:29) Boa tarde, estamos reiniciando a sessão.

**Pregoeiro fala:** (09/09/2019 16:43:08) A sessão será suspensa agora e terá continuidade amanhã, dia 10/09/2019, às 17:00 horas, horário de Brasília.

**Pregoeiro fala:** (09/09/2019 16:41:21) Quanto aos demais licitantes, todos atenderam ao disposto no subitem 8.1 do edital, e assim que possível, serão convocadas a apresentar seus documentos de habilitação.

**Fornecedor fala:** (09/09/2019 16:40:00) OK, obrigado pela atenção!

**Pregoeiro fala:** (09/09/2019 16:38:44) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - A documentação anexada será analisada.

**Sistema informa:** (09/09/2019 16:37:16) Senhor Pregoeiro, o fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, enviou o anexo para o item 32.

**Fornecedor fala:** (09/09/2019 16:36:39) Sr. Pregoeiro, os anexos consistem em decisões em sede de Mandado de Segurança, bem como manifestações do Ministério Público Federal favorável a empresa. Como será possível constatar através da documentação anexada, não há impedimento de licitar ou contratar com o Poder Público que recaia sobre a pessoa jurídica, nem sobre a pessoa física dos sócios.

**Sistema informa:** (09/09/2019 16:36:31) Senhor fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, solicito o envio do anexo referente ao item 32.

**Pregoeiro fala:** (09/09/2019 16:36:07) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Conforme disposto no subitem 8.1.5.3 do edital, você pode se manifestar a respeito, caso queira. Vou abrir o anexo e conceder o prazo de 24 horas, a partir da convocação, para o envio de manifestação.

**Pregoeiro fala:** (09/09/2019 16:35:27) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - O sócio Genaro Moacir Prates encontra-se com certidão positiva no Cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, conforme disposto para consulta no site do CNJ. Diante do exposto, sua empresa será inabilitada e o item vencido retornará à fase de aceitação.

**Sistema informa:** (09/09/2019 16:31:19) Senhor fornecedor MARIO SERGIO CASLINI CONSTRUTORA, CNPJ/CPF: 19.099.184/0001-17, solicito o envio do anexo referente ao item 2.

**Pregoeiro fala:** (09/09/2019 16:30:59) Para MARIO SERGIO CASLINI CONSTRUTORA - Conforme disposto no subitem 8.1.5.3 do edital, você pode se manifestar a respeito, caso queira. Vou abrir o anexo e conceder o prazo de 24 horas,



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

Avenida José João Muraro, 153 - Bairro: centro - CEP: 85900-260 - Fone: (45)3379-4550 - www.jfpr.jus.br - Email: prtld01@jfpr.jus.br

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5001384-95.2019.4.04.7016/PR**

**IMPETRANTE:** QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP (SOCIEDADE)

**IMPETRADO:** PREGOEIRO OFICIAL - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - TOLEDO

**DESPACHO/DECISÃO**

**I.**

Trata-se de mandado de segurança com escopo na declaração de nulidade de decisão administrativa que inabilitou a impetrante em procedimento licitatório.

A impetrante informa que apresentou proposta aceita e vencedora para o objeto identificado no item nº 135 (fornecimento de lâmpada de led tubular) do pregão eletrônico para registro de preços nº 02/2019 da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR, campus de Toledo.

Ocorre que na fase habilitação foi inabilitada ao fundamento de seu sócio majoritário estar proibido de contratar com o Poder Público em razão de sanção decorrente da prática de ato de improbidade administrativa.

Entende equivocada a decisão da autoridade tida coatora, aos argumentos: 1º) que o sócio condenado não é detentor da maioria de suas quotas sociais; 2º) que na ação de improbidade administrativa ao referido sócio não foi aplicada a pena de proibição de contratar com o Poder Público.

Requer a concessão de decisão liminar que suspenda a tramitação do pregão, no que tange ao item nº 135 de seu objeto.

Custas processuais iniciais recolhidas (E2).

Os autos vieram conclusos para apreciação do pedido liminar.

**II.**

A teor do que dispõe o inciso III do artigo 7º da Lei 12.016/2009, o juiz poderá conceder o pedido liminarmente em mandado de segurança quando *"houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente*

**5001384-95.2019.4.04.7016**

**700006606885 .V19**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

*deferida".*

A opção política do constituinte de 1988 foi democratizar o acesso daqueles que interessam-se em contratar com o Poder Público, assegurando a aplicação dos princípios da isonomia e da imparcialidade no processo de licitação pública (artigo 37, XXI, da CF/88).

Tal garantia, por sua vez, deve ser harmonizada com o princípio da moralidade, de forma a impedir que a Administração Pública concrete com pessoa inidônea, assim declarada em regular processo administrativo ou judicial sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Para tal desiderato, existem penalidades que afastam o direito dos particulares de participar de licitações e de celebrar contratos com o Poder Público, dentre as quais a sanção aplicada com base nos incisos I a III do artigo 12 da Lei 8.429/1992 por ato de improbidade administrativa.

Esses dispositivos legais preveem que o responsável pelo ato improprio está poderá ser proibido de contratar com a Administração Pública, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

O *caput* do artigo 12 acima mencionado orienta que as penas previstas em seus incisos podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando a gravidade da conduta impropria.

Infere-se do dispositivo legal, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado, que a penalidade de proibição de contratar com a Administração Pública não é um efeito automático da sentença prolatada em ação civil de improbidade administrativa.

No caso concreto, a impetrante constitui sociedade limitada, que possui como sócios as pessoas de Naudé Pedro Prates Filho e Genaro Moacir Prates, detentores, cada qual, de 50% (cinquenta por cento) das quotas sociais da empresa, sendo este último o administrador da pessoa jurídica (E1, doc.3).

Ao participar do certame seletivo promovido pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR, campus de Toledo/PR, foi considerada inabilitada, conforme fundamentos expostos na decisão de recurso que reproduzo com destaques meus:





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

**DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

Em atenção às razões de recurso apresentadas pela licitante QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 02.480.417/0001-24, INCONFORMADA diante de sua INABILITAÇÃO no processo licitatório em tela, venho, por meio deste relatório, apresentar fundamentos que objetivam subsidiar a decisão da autoridade competente, o Diretor Geral do Câmpus.

Conforme já relatado nas razões apresentadas pela Recorrente, no dia 06/02/2019, às 14:00 horas, realizou-se a Sessão Pública no endereço eletrônico, referente ao Pregão Eletrônico 02/2019 para aquisição de Materiais para Manutenção do Câmpus Toledo da UTFPR. Decorrida a fase competitiva do certame com oferta de lances, foram convocadas as licitantes classificadas com o menor preço para cada item. Após o envio da documentação pelo sistema, este pregoeiro, auxiliado pelo setor requisitante dos materiais procedeu, conforme previsto no item 8 do edital disciplinador do certame, o juízo de aceitabilidade das propostas recebidas. A Recorrente, teve sua proposta para o item 135 (classificada em primeiro lugar por ofertar o melhor preço) aceita, considerando que cumpria as exigências do Termo de Referência quanto ao preço, quantidade e descrição do material. Seguindo o Preestabelecido pelo edital, passou-se a análise das condições habilitatórias das licitantes que tiveram suas propostas aceitas.

Em atendimento ao edital, este pregoeiro passou a efetuar a consulta aos Cadastros que registram as ocorrências dos potenciais fornecedores junto a órgãos de controle diversos, quais sejam:

- Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU; entre outros.

Conforme previsto no item 9.2 do Edital, a consulta aos três últimos cadastros acima citados, é efetuada também em nome do sócio majoritário através do Código de Pessoa Física CPF. Seguindo recomendações recebidas da chefia do Departamento de Materiais e Patrimônio, Sr. Rafael Pedrini, adotou-se o padrão de consultar o cadastro CPF do Sócio Majoritário, e, em condições de divisão igualitária de cotas de uma Sociedade empresarial (Ex: dois sócios com 50% cada, ou três sócios com 1/3 das cotas cada), onde não houver um único sócio com número superior de cotas em relação a outros eventuais sócios, a consulta é efetuada em nome de todos os sócios que dividem a parcela majoritária de cotas.

Ocorre que, no processamento das consultas cadastrais acima elencadas, para verificação das condições habilitatórias das Licitantes, constatou-se o registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da condenação do Sócio Sr. GENARO MOACIR PRATES, CPF: 461.696.799-72, que possui 50% das cotas da Recorrente. A condenação transitou em julgado na data de 05/11/2018 (conforme anexo).

Diante de tais informações, este pregoeiro decidir por INABILITAR a Recorrente.

Atendendo ao item 12.2.4 do Edital disciplinador do certame, encaminho o recurso para análise da autoridade competente.

Toledo, 01 de abril de 2019.  
Milton Wille  
Pregoeiro Oficial do Câmpus Toledo da UTFPR

Embora o sócio Genaro Moacir Prates não titularize nominalmente quantidade de quotas sociais superiores ao outro sócio, evidente que o fato de possuir metade delas e ser o seu administrador implica, em princípio, na possibilidade do enquadramento da impetrante na vedação prevista na lei de improbidade administrativa (proibição de contratar com a Administração Pública, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

Nesse ponto, portanto, não merece reparo a conduta da autoridade dita coatora.

Por outro lado, observo que a ação civil pública de improbidade administrativa, distribuída ao Juízo da Vara Cível da Comarca de Santa Helena/PR (autos nº 0001834-09.2010.8.16.0150), foi julgada procedente, tendo o Juízo de 1º Grau condenado Genaro Moacir Prates a pagar valores a título de perda e danos e de multa civil (E1, doc. 6).

O Juízo ad quem reformou a sentença, ao que interessa, apenas para determinar a responsabilização solidária dos réus pela reparação dos danos (E1, doc. 8, fls. 65 e seguintes e doc. 9, fls. 1 a 7).



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

O Recurso Especial foi inadmitido pelo TJ/PR, com decisão mantida pelo STJ e transitada em julgado.

Constato, assim, que o sócio administrador da impetrante não foi apenado com a proibição de participar de licitação e de contratar com o Poder Público.

O fato de seu nome constar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não o impede, tampouco a pessoa jurídica da qual é sócio de participar do Pregão e, atendido os requisitos legais e vencedor na licitação, celebrar contrato administrativo.

Assim, a decisão do pregoeiro não foi acertada, estando presente fundamento relevante ao pedido da impetrante.

Permitir o prosseguimento do processo licitatório poderá resultar na ineficácia da medida, porquanto poderá ocorrer a contratação de terceiro e o fornecimento por este, ainda que parcialmente, do produto objeto da licitação.

Dessa forma, porque presentes os requisitos autorizadores, **DEFIRO O PEDIDO LIMINAR para determinar a suspensão do Processo de Pregão Eletrônico nº 02/2019 da UTFPR, campus de Toledo, no que concerne ao item nº 135 do objeto de licitação.**

Intimem-se.

**III.**

No mais, deverá a Secretaria da Vara adotar as seguintes providências:

1. Intime-se a autoridade coatora para cumprimento da medida liminar e notificação para a prestação de informações, no prazo de 10 (dez) dias.

*Caso necessário, a presente decisão servirá de mandado de intimação e notificação, a ser cumprido em regime de plantão.*

2. Intime-se a UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - Toledo para, querendo, ingressar no feito.

3. Após, dê-se vista ao MPF para elaboração de parecer.

4. Por fim, voltem os autos conclusos para sentença.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

Documento eletrônico assinado por **ALEXANDRE PEREIRA DUTRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700006606885v19** e do código CRC **cea48366**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): ALEXANDRE PEREIRA DUTRA

Data e Hora: 9/4/2019, às 18:38:41

---

**5001384-95.2019.4.04.7016**

**700006606885.V19**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Cascavel – Paraná**

---

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DA  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOLEDO – PR**

**Autos n. 5001384-95.2019.404.7016**

**Mandado de Segurança**

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA.**, em face do **PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2019 DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS TOLEDO, SR. MILTON WILLE**, com o escopo de obter provimento judicial que declare a nulidade de decisão de inabilitação da impetrante em processo licitatório (Evento 1).

Alega a impetrante que, no dia 06/02/2019, participou do pregão eletrônico nº 2/2019, promovido pela UTFPR/Campus Toledo/PR, concorrendo para o item 135 (lâmpada LED tubular), do qual foi arrematante ofertando proposta com melhor preço. Todavia, na fase de habilitação, veio a ser declarada **inabilitada pela autoridade coatora**, sob o fundamento de que um dos sócios da empresa licitante, detentor de 50% do capital social, teria sido condenado em ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Aduz que não há, nem houve, contudo, tanto em nome dos sócios quanto em nome da empresa, sentença que tenha aplicado a **proibição de contratar com o Poder Público**. Requereu, assim, medida liminar que determine a suspensão do referido pregão. No mérito, que seja declarada a nulidade da decisão administrativa combatida.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Cascavel – Paraná**

---

A liminar foi deferida, *para determinar a suspensão do Processo de Pregão Eletrônico nº 02/2019 da UTFPR, campus de Toledo, no que concerne ao item nº 135 do objeto de licitação (Evento 4).*

As informações foram prestadas no Evento 12, sustentando-se a legalidade do ato de inabilitação da impetrante.

Abre-se vista dos autos ao *Parquet* para parecer.

**É o relatório.**

Segundo se infere, a impetrante foi declarada INABILITADA para participar do Pregão Eletrônico nº 02/2018-UTFPR/Campus Toledo, sob fundamento de que o sócio majoritário da empresa licitante foi condenado em ação civil por ato de improbidade administrativa.

Todavia, em análise aos autos, verifica-se que tal fundamento não se sustenta, na medida em que, apesar de condenado a ressarcir danos materiais, no âmbito de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná, o sócio-administrador da empresa não foi sancionado com a pena de proibição de contratar com o Poder Público (Evento 1-ANEXO6 e ANEXO9).

Observe-se, por outro lado, que tal penalidade não é efeito automático de sentença e seu alcance depende de definição expressa pelo Poder Judiciário, circunstância não evidenciada no caso presente.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Cascavel – Paraná**

Assim sendo, reputa o *Parquet* que efetivamente o ato administrativo combatido neste *mandamus* encontra-se eivado de nulidade.

Diante do exposto, o **Ministério Público Federal** manifesta-se pela concessão da ordem, nos termos da pretensão da impetrante.

Cascavel, 22 de abril de 2019.

**Andressa Caroline de Oliveira Zanette**

Procuradora da República



Documento eletrônico assinado digitalmente.

Data/Hora: 22/04/2019 22:33:06

Signatário(a): **ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA ZANETTE**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

Avenida José João Muraro, 153 - Bairro: centro - CEP: 85900-260 - Fone: (45)3379-4550 - www.jfpr.jus.br - Email: prtld01@jfpr.jus.br

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5001384-95.2019.4.04.7016/PR**

**IMPETRANTE:** QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP (SOCIEDADE)

**IMPETRADO:** PREGOEIRO OFICIAL - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - TOLEDO

**SENTENÇA**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP** em face de ato atribuído ao **Pregoeiro Oficial - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - Toledo**, por meio do qual busca a concessão de segurança no sentido de declaração de nulidade de decisão administrativa que inabilitou-a em procedimento licitatório.

Sustenta ser equivocada a decisão da autoridade coatora que, na fase de habilitação do pregão eletrônico para registro de preços nº 02/2019, considerou-a inabilitada para o objeto identificado no item nº 135 (fornecimento de lâmpada de led tubular).

Justifica sua afirmação nos seguintes argumentos: 1º) que o sócio condenado não é detentor da maioria de suas quotas sociais; 2º) que na ação de improbidade administrativa ao referido sócio não foi aplicada a pena de proibição de contratar com o Poder Público.

As custas processuais iniciais foram devidamente recolhidas (E2).

Deferido o pedido liminar (E4).

Prestadas informações (E12).

O MPF apresentou parecer, opinando pela concessão da segurança (E17).

A UTFPR pediu seu ingresso no feito (E20).

Os autos vieram conclusos para sentença.

É o relatório.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

Ao apreciar a medida liminar pleiteada, foi proferida decisão, fundamentada nos seguintes termos (E4):

[...]

**5001384-95.2019.4.04.7016**

**700007212504 .V4**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

*A opção política do constituinte de 1988 foi democratizar o acesso daqueles que interessam-se em contratar com o Poder Público, assegurando a aplicação dos princípios da isonomia e da imparcialidade no processo de licitação pública (artigo 37, XXI, da CF/88).*

*Tal garantia, por sua vez, deve ser harmonizada com o princípio da moralidade, de forma a impedir que a Administração Pública concrete com pessoa inidônea, assim declarada em regular processo administrativo ou judicial sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.*

*Para tal desiderato, existem penalidades que afastam o direito dos particulares de participar de licitações e de celebrar contratos com o Poder Público, dentre as quais a sanção aplicada com base nos incisos I a III do artigo 12 da Lei 8.429/1992 por ato de improbidade administrativa.*

*Esses dispositivos legais preveem que o responsável pelo ato improprio está poderá ser proibido de contratar com a Administração Pública, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

*O caput do artigo 12 acima mencionado orienta que as penas previstas em seus incisos podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observando a gravidade da conduta improba.*

*Infere-se do dispositivo legal, de acordo com entendimento jurisprudencial consolidado, que a penalidade de proibição de contratar com a Administração Pública não é um efeito automático da sentença prolatada em ação civil de improbidade administrativa.*

*No caso concreto, a impetrante constitui sociedade limitada, que possui como sócios as pessoas de Naudé Pedro Prates Filho e Genaro Moacir Prates, detentores, cada qual, de 50% (cinquenta por cento) das quotas sociais da empresa, sendo este último o administrador da pessoa jurídica (E1, doc.3).*

*Ao participar do certame seletivo promovido pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR, campus de Toledo/PR, foi considerada inabilitada, conforme fundamentos expostos na decisão de recurso que reproduzo com destaques meus:*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

**DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

Em atenção às razões de recurso apresentadas pela licitante QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ 02.480.417/0001-24, INCONFORMADA diante de sua INABILITAÇÃO no processo licitatório em tela, venho, por meio deste relatório, apresentar fundamentos que objetivam subsidiar a decisão da autoridade competente, o Diretor Geral do Câmpus.

Conforme já relatado nas razões apresentadas pela Recorrente, no dia 06/02/2019, às 14:00 horas, realizou-se a Sessão Pública no endereço eletrônico, referente ao Pregão Eletrônico 02/2019 para aquisição de Materiais para Manutenção do Câmpus Toledo da UTFPR. Decorrida a fase competitiva do certame com oferta de lances, foram convocadas as licitantes classificadas com o menor preço para cada item. Após o envio da documentação pelo sistema, este pregoeiro, auxiliado pelo setor requisitante dos materiais procedeu, conforme previsto no item 8 do edital disciplinador do certame, o juízo de aceitabilidade das propostas recebidas. A Recorrente, teve sua proposta para o item 135 (classificada em primeiro lugar por ofertar o melhor preço) aceita, considerando que cumpria as exigências do Termo de Referência quanto ao preço, quantidade e descrição do material. Seguindo o Preestabelecido pelo edital, passou-se a análise das condições habilitatórias das licitantes que tiveram suas propostas aceitas.

Em atendimento ao edital, este pregoeiro passou a efetuar a consulta aos Cadastros que registram as ocorrências dos potenciais fornecedores junto a órgãos de controle diversos, quais sejam:

- Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU; entre outros.

Conforme previsto no item 9.2 do Edital, a consulta aos três últimos cadastros acima citados, é efetuada também em nome do sócio majoritário através do Código de Pessoa Física CPF. Seguindo recomendações recebidas da chefia do Departamento de Materiais e Patrimônio, Sr. Rafael Pedrini, adotou-se o padrão de consultar o cadastro CPF do Sócio Majoritário, e, em condições de divisão igualitária de cotas de uma Sociedade empresarial (Ex: dois sócios com 50% cada, ou três sócios com 1/3 das cotas cada), onde não houver um único sócio com número superior de cotas em relação a outros eventuais sócios, a consulta é efetuada em nome de todos os sócios que dividem a parcela majoritária de cotas.

Ocorre que, no processamento das consultas cadastrais acima elencadas, para verificação das condições habilitatórias das Licitantes, constatou-se o registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da condenação do Sócio Sr. GENARO MOACIR PRATES, CPF: 461.696.799-72, que possui 50% das cotas da Recorrente. A condenação transitou em julgado na data de 05/11/2018 (conforme anexo).

Diante de tais informações, este pregoeiro decidiu por INABILITAR a Recorrente.

Atendendo ao item 12.2.4 do Edital disciplinador do certame, encaminho o recurso para análise da autoridade competente.

Toledo, 01 de abril de 2019.  
Milton Wille  
Pregoeiro Oficial do Câmpus Toledo da UTFPR

*Embora o sócio Genaro Moacir Prates não titularize nominalmente quantidade de quotas sociais superiores ao outro sócio, evidente que o fato de possuir metade delas e ser o seu administrador implica, em princípio, na possibilidade do enquadramento da impetrante na vedação prevista na lei de improbidade administrativa (proibição de contratar com a Administração Pública, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).*

*Nesse ponto, portanto, não merece reparo a conduta da autoridade dita coatora.*

*Por outro lado, observo que a ação civil pública de improbidade administrativa, distribuída ao Juízo da Vara Cível da Comarca de Santa Helena/PR (autos nº 0001834-09.2010.8.16.0150), foi julgada procedente, tendo o Juízo de 1º Grau condenado Genaro Moacir Prates a pagar valores a título de perda e danos e de multa civil (E1, doc. 6).*

*O Juízo ad quem reformou a sentença, ao que interessa, apenas para determinar a responsabilização solidária dos réus pela reparação dos danos (E1, doc. 8, fls. 65 e seguintes e doc. 9, fls. 1 a 7).*

*O Recurso Especial foi inadmitido pelo TJ/PR, com decisão mantida pelo STJ e transitada em julgado.*

*Constato, assim, que o sócio administrador da impetrante não foi apenado com a proibição de participar de licitação e de contratar com o Poder Público.*

*O fato de seu nome constar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não o impede, tampouco a pessoa jurídica da qual é sócio de participar do Pregão e, atendido os requisitos legais e vencedor na licitação, celebrar contrato administrativo.*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Toledo**

*Assim, a decisão do pregoeiro não foi acertada, estando presente fundamento relevante ao pedido da impetrante.*

[...]

**Inexistem razões que justifiquem a alteração desse entendimento, motivo pelo qual a segurança deve ser concedida.**

**3. DISPOSITIVO**

**Ante o exposto, nos termos da fundamentação, ratifico a liminar e concedo a segurança pleiteada, resolvendo o processo com apreciação do mérito, na forma do inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil, a fim de declarar nula a decisão de inabilitação da impetrante no pregão eletrônico para registro de preços nº 02/2019 da UTFPR, campus de Toledo/PR.**

A impetrada é isenta do recolhimento de custas, mas deverá restituir à impetrante o valor antecipado a tal título.

Sem honorários advocatícios (artigo 25, da Lei 12.016/2009).

Julgado sujeito ao reexame necessário (artigo 14, §1º, da Lei 12.016/2009).

Sentença registrada eletronicamente. Dou-a por publicada com a liberação no sistema eletrônico.

Intimem-se e expeçam-se o(s) ofício(s) necessários.

Havendo apelação, intime-se a parte apelada/interessada para oferecer contrarrazões.

Após, remetam-se os autos ao e. TRF4R.

---

Documento eletrônico assinado por **ALEXANDRE PEREIRA DUTRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700007212504v4** e do código CRC **4ff42135**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): ALEXANDRE PEREIRA DUTRA  
Data e Hora: 5/8/2019, às 14:18:53

---

5001384-95.2019.4.04.7016

700007212504.V4





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Jd. Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - www.jfpr.jus.br - Email: prfoz02@jfpr.jus.br

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5004970-85.2019.4.04.7002/PR**

**IMPETRANTE:** QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP

**ADVOGADO:** ANDRIELLI TANAY FERNANDES RODRIGUES RECH

**IMPETRADO:** PREGOEIRO - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - SANTA HELENA

**DESPACHO/DECISÃO**

Trata-se de Mandado de Segurança no qual a impetrante pretende, liminarmente, a suspensão do Pregão Eletrônico 05/2019 da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Campus Santa Helena.

Sustenta que em 06.02.2019 participou do Pregão Eletrônico concorrendo ao item nº 135, que tratava da aquisição de lâmpada LED tubular, oferecendo o menor preço.

Alega que por ato manifestamente ilegal foi inabilitada pela autoridade coatora de participar o Pregão Eletrônico ao fundamento da existência de condenação por ato de improbidade administrativa em face do sócio administrador GENARO MOACIR PRATES.

Discorre que na Ação Civil Pública - autos 0001834-09.2010.8.16.0150, em trâmite na Justiça Estadual de Santa Helena foi condenado a devolver valores e ao pagamento de multa civil, nada dispondo acerca da proibição de contratar com o poder público (evento01 - Anexo06).

No seu entender, a ausência de proibição de contratar com o poder público, aliado ao fato de não ser sócio majoritário, autorizam prosseguir no certame licitatório.

Veio o processo concluso para análise do pedido liminar.

**Decido.**

Para concessão da medida liminar, exige a lei do mandado de segurança que haja (a) relevância dos motivos em que se assenta o pedido - *fumus boni iuris* - e (b) possibilidade de ineficácia do provimento judicial, se concedido somente ao final - *periculum in mora* -, requisitos que serão a seguir analisados.

No caso, verifico que foi equivocada a decisão do pregoeiro em inabilitar o impetrante.

**5004970-85.2019.4.04.7002**

**700006659743 .V39**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Embora o representante legal da impetrante - GENARO MOACIR PRATES tenha sido declarado pessoa improba, sendo inscrito no Cadastro Nacional dos Condenados por Improbidade Administrativa" (evento01 - Anexo06 - fl. 22), inexistente qualquer ressalva quanto à proibição de participar de licitações e de contratar com o Poder Público (evento01 - anexos06/08).

Assim, reputo configurado o *fumus boni iuris*, tendo em vista a verossimilhança das alegações trazidas pela Impetrante.

Quanto ao *periculum in mora*, esse é inerente à situação em si, uma vez que a Universidade Tecnológica do Paraná - Campus Santa Helena encontra-se na iminência de assinar o contrato com terceiro.

Ante o exposto, **defiro o pedido de liminar**, para o fim de suspender a tramitação do Pregão Eletrônico 05/2019 da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Campus Santa Helena, bem como para sustar os efeitos de eventual homologação da licitação no que diz respeito ao item nº 72, notadamente quanto à contratação de terceiro, até o julgamento final deste Mandado de Segurança.

Intimem-se.

2) Intime-se a autoridade impetrada para prestar informações no prazo de 10 (dez) dias, bem como a Procuradoria Federal para, querendo, ingressar no feito (art. 7º, II, da Lei 12.016/2009).

3) Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

4) Após, retorne concluso para sentença.

---

Documento eletrônico assinado por **RONY FERREIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700006659743v39** e do código CRC **91fa67f8**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): RONY FERREIRA  
Data e Hora: 25/4/2019, às 8:33:9

---

5004970-85.2019.4.04.7002

700006659743.V39



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Jd. Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 -  
www.jfpr.jus.br - Email: prfoz02@jfpr.jus.br

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5004970-85.2019.4.04.7002/PR**

**IMPETRANTE:** QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP  
**ADVOGADO:** ANDRIELLI TANAY FERNANDES RODRIGUES RECH (OAB PR085153)

**IMPETRADO:** PREGOEIRO - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ -  
UTFPR - SANTA HELENA

**SENTENÇA**

**I - Relatório**

Trata-se de mandado de segurança impetrado por QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP em face de ato praticado pelo Pregoeiro - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - Santa Helena objetivando a nulidade da decisão que inabilitou-o do Pregão Eletrônico 05/2019 da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Campus Santa Helena.

Sustenta que em 06.02.2019 participou do Pregão Eletrônico concorrendo ao item nº 135, que tratava da aquisição de lâmpada LED tubular, oferecendo o menor preço.

Alega que por ato manifestamente ilegal foi inabilitada pela autoridade coatora de participar o Pregão Eletrônico ao fundamento da existência de condenação por ato de improbidade administrativa em face do sócio administrador GENARO MOACIR PRATES.

Discorre que na Ação Civil Pública - autos 0001834-09.2010.8.16.0150, em trâmite na Justiça Estadual de Santa Helena foi condenado a devolver valores e ao pagamento de multa civil, nada dispondo acerca da proibição de contratar com o poder público (evento01 - Anexo06).

No seu entender, a ausência de proibição de contratar com o poder público, aliado ao fato de não ser sócio majoritário, autorizam prosseguir no certame licitatório.

A liminar foi concedida no evento05, suspendendo a tramitação do Pregão Eletrônico.

A autoridade impetrada prestou informações e juntou documentos (evento11– INF\_MAND\_SEG01).

A Procuradoria Federal requereu seu ingresso no feito (evento18 - PET1).

A autoridade impetrada prestou informações e juntou documentos (evento 8 – INF\_MAND\_SEG2).

Intimado para manifestação, o Ministério Público Federal salientou não haver interesse público primário ou individual indisponível a justificar a intervenção (evento18).

Veio o processo concluso para sentença.

É o relatório. Passo a decidir.

## **II - Fundamentação**

Para concessão da segurança, exige-se que haja direito líquido e certo, expressão esta bastante contestada doutrinariamente, porquanto todo direito é líquido certo; imprecisos e incertos são apenas os fatos. Na clássica definição de Hely Lopes Meirelles, "*direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração*" (inMandado de Segurança. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, pp. 36/37). Ou seja, exige-se que o direito esteja comprovado de plano; daí a necessidade de que a prova esteja pré-constituída, face à impossibilidade de dilação probatória.

Quando da apreciação do pedido de liminar, a matéria já restou analisada de forma completa. Tendo em vista a ausência de qualquer elemento novo no curso processual, transcrevo a referida decisão como razões de decidir desta sentença:

(...)

*No caso, verifico que foi equivocada a decisão do pregoeiro em inabilitar o impetrante.*

*Embora o representante legal da impetrante - GENARO MOACIR PRATES tenha sido declarado pessoa improba, sendo inscrito no Cadastro Nacional dos Condenados por Improbidade Administrativa" (evento01 - Anexo06 - fl. 22), inexistente qualquer ressalva quanto à proibição de participar de licitações e de contratar com o Poder Público (evento01 - anexos06/08).*

*Assim, reputo configurado o fumus boni iuris, tendo em vista a verossimilhança das alegações trazidas pela Impetrante.*

*Quanto ao periculum in mora, esse é inerente à situação em si, uma vez que a Universidade Tecnológica do Paraná - Campus Santa Helena encontra-se na iminência de assinar o contrato com terceiro.*

*Ante o exposto, **defiro o pedido de liminar**, para o fim de suspender a tramitação do Pregão Eletrônico 05/2019 da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Campus Santa Helena, bem como para sustar os efeitos de eventual homologação da licitação no que diz respeito ao item nº 72, notadamente quanto à contratação de terceiro, até o julgamento final deste Mandado de Segurança.*

(...)

Logo, diante do quadro apresentado, a concessão da segurança se impõe, confirmando a liminar proferida, reconhecendo a nulidade do ato que inabilitou o impetrante.

### **III - Dispositivo**

Ante o exposto, confirmo a liminar postulada e **concedo a segurança** (CPC, art. 487, I) para o fim de declarar nula a decisão que inabilitou o impetrante do Pregão Eletrônico 05/2019.

Sem honorários advocatícios (art. 25 da Lei 12.016/2009).

Condeno a parte impetrada ao reembolso das custas processuais recolhidas pela parte impetrante.

Interposto recurso de apelação, intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões e, na sequência, encaminhe-se o feito ao TRF-4.

Sentença sujeita ao reexame necessário (art. 14, §1º, da Lei 12.016/2009).

Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.

---

Documento eletrônico assinado por **FLAVIA HORA OLIVEIRA DE MENDONÇA, Juíza Federal Substituta na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700007125553v8** e do código CRC **43f28914**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): FLAVIA HORA OLIVEIRA DE MENDONÇA

Data e Hora: 16/7/2019, às 19:1:15

---





Número: **1003165-73.2019.4.01.3600**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMT**

Última distribuição : **15/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP (IMPETRANTE)			ANDRIELLI TANAY FERNANDES RODRIGUES RECH (ADVOGADO)
Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (IMPETRADO)			
UNIÃO FEDERAL (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54362661	15/05/2019 22:01	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

Poder Judiciário  
Seção Judiciária de Mato Grosso  
Juízo da 1ª Vara Federal

---

Processo n. : 1003165-73.2019.4.01.3600  
Classe : Mandado de Segurança  
Impetrante : Queretaro Tecnologia de Proteção Ambiental Ltda. EPP  
Impetrado : Pregoeiro da Comissão de Licitação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TRE/MT

**VISTOS EM INSPEÇÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de ação mandamental com pedido de medida liminar ajuizada pela empresa **QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA. EPP**, devidamente qualificada nestes autos, contra ato praticado pelo **PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO – TRE/MT**, objetivando compelir o Impetrado a suspender o Pregão Eletrônico n. 3/2019 do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, bem como qualquer ato administrativo tendente à contratação das empresas declaradas vencedoras, até o julgamento de mérito do presente *mandamus*.



Sustenta, a Impetrante, que, em 09/05/2019, participou no Pregão Eletrônico identificado nos autos, concorrendo para o Grupo n. 17, que é composto pelos itens n. 85 a 87, cujo objeto é a aquisição de lâmpadas de LED tubular, do qual foi arrematante, pois ofertou proposta com melhor preço.

Diz que referida licitação ocorreu por intermédio do sistema de compras denominado COMPRASNET e, no dia 09/05/2019, após a fase de lances e o envio de toda a documentação técnica do produto e sua habilitação da Impetrante, dentro do prazo estipulado no edital, em 13/05/2019, às 10h34min, sua proposta foi recusada, sob a justificativa de que “(...) a certidão do CNJ do senhor GENARO MOACIR PRATES sócio da empresa QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, primeira colocada do LOTE 17, consta POSITIVA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade. Sendo assim, será INABILITADA”.

Sustenta que a decisão acima referida foi publicada por intermédio de “Chat” destinado ao registro de mensagens da sessão pública e, às 11h22min, oportunidade em que foi informado que a consulta foi realizada conforme prescrição dos itens 13.1.1 e 13.1.2 do Edital.

Verbera, a Impetrante, que a inabilitação acima referida foi justificada pelo fato de que um dos seus sócios da empresa, Genaro Moacir Prates, encontra-se inscrito no registro de condenados cíveis por ato de improbidade administrativa, em virtude de sentença transitada em julgado proferida nos autos n. 00001834-09.2010.8.16.0150, que tramitou na Vara Cível da Comarca de Santa Helena/PR.

Argumenta que, entretanto, as razões da inabilitação não se sustentam, uma vez que, além de inexistente, no âmbito dos mencionados autos, aplicação da pena de proibição de contratar com o poder público, referido sócio condenado não se trata de sócio majoritário da empresa Impetrante.

É o breve relato. Decido.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Infere-se, das disposições editalícias insertas no item 13.1, que, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro deveria incumbir-se de verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a



participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Ademais, consoante os subitens 13.1.1 e 13.1.2 da norma acima referida, a consulta deveria ser realizada “(...) em nome da empresa licitante e também de seu **sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário” e, se constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

No caso concreto, portanto, cumprindo a norma acima colacionada, observa-se que, conforme Mensagem da Sessão Pública, em 13/05/2019, às 10h34min44s, o Impetrado declarou a inabilitação da Impetrante, sob o fundamento de que o sócio da Impetrante, Genaro Moacir Prates, encontra-se inserido no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa.

Nestes autos, por sua vez, a Impetrante encartou ao feito documentos que comprovam que, nos autos da ação civil pública nos autos n. 00001834-09.2010.8.16.0150, com fundamento no art. 12, II da Lei n. 8.429/92, o sócio “administrador” da empresa, Genaro Moacir Prates, foi condenado “(...) a **pagar**, a título de perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio a diferença entre o valor por ele recebido e o valor encontrado pela perícia judicial, vale dizer, R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos) em favor da municipalidade, aplico, ainda, a **pagamento de multa civil** de uma vez o valor do dano de R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), todos acrescidos de correção monetária pelo índice de correção da douta Corregedoria-Geral da Justiça, desde a data do pagamento e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação”. Em referido provimento, ainda se determinou que, com o trânsito em julgado, fosse formalizado o registro do nome deste no cadastro mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Destarte, observa-se que o provimento acima referido somente imputou ao sócio administrador da Impetrante a pena de ressarcimento por danos ilicitamente promovidos ao patrimônio público, além de lhe impor o pagamento de multa civil. Assim, à primeira vista,



verifica-se que o referido sócio administrador da empresa Impetrante não sofreu a sanção de proibição de contratar com o Poder Público.

Neste contexto, a despeito da condenação do sócio administrador, com fundamento na norma do art. 12, I da Lei n. 8.429/92, impõe-se concluir que a pena consistente na proibição de contratar com a Administração Pública não possui efeito automático da sentença. Pelo contrário, sua aplicação depende da expressa definição e/ou descrição da sanção pelo Poder Judiciário.

Dito isso, o ato administrativo por meio do qual se declarou a inabilitação da empresa Impetrante, em razão do registro do nome de seu sócio administrador no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, mostra-se excessivo e desarrazoado, na medida em que se reconhece vedação não prescrita na condenação imputada ao responsável pela administração da Impetrante.

Com isso, à primeira vista, considero imperioso reconhecer a presença de fundamentos relevantes ao deferimento do pedido de medida liminar.

Frise-se, no entanto, que o acolhimento da medida deve limitar-se a suspender o Pregão Eletrônico n. 03/2019, do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, somente no tocante ao “Grupo n. 17, que é composto pelos itens n. 85 a 87 (aquisição de lâmpadas de LED tubular), do qual foi arrematante, pois ofertou proposta com melhor preço”.

## DISPOSITIVO

Pelo exposto, **DEFIRO PARCIALMENTE** a liminar pleiteada, determinando ao Impetrado que suspenda o Pregão Eletrônico n. 03/2019 e qualquer ato administrativo direcionado à contratação das empresas declaradas vencedoras, no Grupo n. 17, que é composto pelos itens n. 85 a 87, cujo objeto é a aquisição de lâmpadas de LED tubular, do qual foi arrematante, uma vez que ofertou proposta com melhor preço, desde que o registro da condenação constante do processo referido nos autos seja o único motivo justificador da inabilitação da Impetrante, até o julgamento de mérito do presente *mandamus*.

Por sua vez, indefiro o pedido de suspensão da contratação relacionada aos demais grupos objeto do Edital Pregão n. 3/2019.

Notifique-se.



Cientifique-se o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do art. 7º, II da Lei n. 12.016/2009.

Após, ao Ministério Público Federal.

Posteriormente, retornem-me os autos conclusos para sentença.

Intimem-se.

Cuiabá, 15 de maio de 2019.

*Assinatura Digital*

**CIRO JOSÉ DE ANDRADE ARAPIRACA**

Juiz Federal da 1ª Vara/MT





Número: **1003165-73.2019.4.01.3600**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMT**

Última distribuição : **15/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP (IMPETRANTE)		ANDRIELLI TANAY FERNANDES RODRIGUES RECH (ADVOGADO)	
Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (IMPETRADO)			
UNIAO FEDERAL (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64186107	24/06/2019 19:34	<a href="#">Parecer</a>	Parecer





**Ministério Público Federal**  
Procuradoria da República em Mato Grosso  
Ofício de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

**Autos n. 1003165-73.2019.4.01.3600**

**Juízo da 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Mato Grosso**

**MM (a). Juiz (íza) Federal,**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República que subscreve o presente parecer em Mandado de Segurança, vem, respeitosamente, perante a presença de Vossa Excelência, em atenção à intimação recebida e com fulcro no artigo 129, II, da Constituição Federal e artigo 12 da Lei n. 12.016/09, manifestar-se nos termos seguintes.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de provimento liminar, impetrado por **QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA. EPP** contra ato praticado pelo **PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO – TRE/MT**, objetivando, liminarmente, que a parte impetrada suspenda o Pregão Eletrônico n. 3/2019 do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, bem como qualquer ato administrativo tendente à contratação das empresas declaradas vencedoras, até o julgamento de mérito do presente *mandamus*.

Sustenta a impetrante que, no dia 09/05/2019, participou do Pregão Eletrônico n. 3/2019 do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, concorrendo para o Grupo n. 17, que é composto pelos itens n. 85 a 87, cujo objeto é a aquisição de lâmpadas de LED tubular, do qual foi arrematante, uma vez que ofertou a proposta com o melhor preço.

Informa que a Licitação ocorreu por intermédio do sistema de compras denominado “COMPRASNET” e que no dia 09/05/2019, após a fase de lances e o

Av. Miguel Sutil, n. 2.625 (esquina R. J. Márcio, antiga R. Nestelaus Devuisky), Jardim Primavera, Cuiabá-MT  
Tel.: (65) 3612 5000 – e-mail: PRMT-OficioIndigenaeComTradicional@mpf.mp.br

1

Documento assinado via Token digitalmente por RICARDO PAEL ARDENGHI, em 24/06/2019 19:31. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 64046208.016ACFB0.C9A41488.2BF6A9BA



envio de toda a documentação técnica do produto e da sua habilitação, dentro do prazo estipulado no Edital, em 13/05/2019, às 10h34min, sua proposta foi recusada, nos seguintes termos:

*“(…) a certidão do CNJ do senhor GENARO MOACIR PRATES sócio da empresa QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, primeira colocada do LOTE 17, consta POSITIVA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade. Sendo assim, será INABILITADA”.*

Aduz que, a referida decisão foi publicada através de “Chat” destinado ao registro de mensagens da sessão pública e, às 11h22min, oportunidade em que, também, foi informado que a consulta prevista aos sócios da empresa licitante está no ITEM 13.1.1 do Edital e a ação prevista do Pregoeiro no ITEM 13.1.2.

Alega que, a inabilitação da empresa foi justificada pelo fato de que um dos seus sócios, o Sr. Genaro Moacir Prates, encontra-se inscrito no registro de condenados cíveis por ato de improbidade administrativa, em virtude de sentença transitada em julgado proferida nos autos n. 00001834-09.2010.8.16.0150, que tramitou na Vara Cível da Comarca de Santa Helena/PR.

Todavia, sustenta que as razões da inabilitação não são justificáveis, pois, além de ser inexistente, no âmbito dos mencionados autos, aplicação da pena de proibição de contratar com o poder público, o sócio condenado não se trata de sócio majoritário da impetrante.

O Juízo Federal deferiu parcialmente o pleito liminar.

A parte coatora apresentou informações.

#### **É o relatório.**

Como se sabe, o Mandado de Segurança, nos termos do artigo 5º, LXIX e LXX, da Constituição Federal, consiste em uma ação constitucional voltada a preservar direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

A impetrante sustenta possuir direito líquido e certo à suspensão do Pregão Eletrônico n. 3/2019 do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, bem como



qualquer ato administrativo tendente à contratação das empresas declaradas vencedoras, até o julgamento de mérito do presente *mandamus*.

O Pregoeiro da Comissão de Licitação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TRE/MT informou que:

*“De início, cumpre-nos informar que a decisão deste Pregoeiro em inabilitar a Licitante Queretaro teve como único fundamento constar restrita no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.*

*Daí, ao tomar conhecimento da decisão liminar no dia 27/05/2019, este Pregoeiro de imediato procedeu com a suspensão do andamento do Lote 17 do Pregão Eletrônico nº 03/2019.*

*Cumpre-nos informar, que da data da inabilitação da empresa até a decisão de suspensão do pregão, houve a convocação da empresa M M DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS E INSTALACAO , segunda colocada, para apresentação de documentos, conforme diálogos do pregoeiro e as mensagens automáticas do sistema Comprasnet em anexo.*

*Apresenta-se cópia da decisão deste Pregoeiro que culminou na inabilitação da empresa Queretaro nos diálogos da sessão pública em anexo.*

*Tal decisão adveio do sócio GENARO MOACIR PRATES, detentor de 50% da participação societária, conforme informação extraída do SICAF – Relatório de Sócio/Administrador anexo ao presente, apresentar restrição do cadastro de Improbidade Administrativa do CNJ, o que a nosso ver constitui afronta ao item 13.1, alínea “c”, c/c os subitens 13.1.1 e 13.1.2 do edital de Pregão nº 03/2019, a seguir transcrito:*

*13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:*

*(...)*

*c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))*

*13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da*



*Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

*13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.”*

Pois bem.

De acordo com o Edital do Pregão Eletrônico n. 3/2019 do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, temos que:

*13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:*

- a) SICAF;*
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));*
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).*
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;*

*13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

*13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação. (grifei)*

Conforme o art.12 da Lei n. 8.429/92:

**Art. 12.** *Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).*

*I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando*



houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e **proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;**

**II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;**

**III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.**

**IV - na hipótese prevista no art. 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)**

**Parágrafo único.** Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente. (grifei)

A sentença transitada em julgado proferida nos autos n. 00001834-09.2010.8.16.0150 condenou o Sr. Genaro Moacir Prates, sócio da empresa impetrante, nos seguintes termos:

**“Condenar o réu Genaro Moacir Prates a pagar, a título de perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio a diferença entre o valor por ele recebido e o valor encontrado pela perícia judicial, vale dizer, R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos) em favor da municipalidade, aplico, ainda, a pagamento de multa civil de uma vez o valor do dano de R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), todos acrescidos de correção monetária pelo índice de correção da douta Corregedoria-Geral da Justiça, desde a data do pagamento e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação.**

**Transitada em julgado essa sentença, inscreva-se os réus no cadastro nacional dos condenados por improbidade administrativa, mantido pelo CNJ.”**



Em análise dos autos e dos referidos dispositivos acima citados, nota-se que, o Sr. Genaro Moacir Prates foi condenado ao pagamento do valor de R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos) em favor da municipalidade e multa civil de R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), incorrendo assim, no art.12, inciso II, da Lei n. 8.429/92.

Verifica-se, então, que a pena aplicada não incorreu no inciso I do referido artigo, o qual proíbe a contratação com o Poder Público. Logo, a inabilitação da impetrante, com base na justificativa da inscrição do Sr. Genaro Moacir Prates no cadastro nacional dos condenados por improbidade administrativa, encontra-se equivocada.

Ademais, o Sr. Genaro não faz parte do quadro de sócios majoritários da empresa licitante.

Sendo assim, com base nas razões muito bem lançadas na decisão que deferiu parcialmente o pedido de liminar, à qual se reporta integralmente, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** opina pela **CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA**, nos termos da liminar.

Cuiabá – MT, 24 de junho de 2019.

(assinado eletronicamente)  
*Ricardo Pael Ardenghi*  
PROCURADOR DA REPÚBLICA





Número: **1003165-73.2019.4.01.3600**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMT**

Última distribuição : **15/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP (IMPETRANTE)			ANDRIELLI TANAY FERNANDES RODRIGUES RECH (ADVOGADO)
Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (IMPETRADO)			
UNIAO FEDERAL (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
78014571	15/08/2019 18:57	<a href="#">Sentença Tipo A</a>	Sentença Tipo A



**Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso**  
**1ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMT**

---

SENTENÇA TIPO "A"

PROCESSO: 1003165-73.2019.4.01.3600

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

IMPETRANTE: QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA - EPP

IMPETRADO: PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, UNIÃO FEDERAL

**SENTENÇA**

Trata-se de ação mandamental com pedido de medida liminar ajuizada pela empresa **QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LTDA. EPP**, devidamente qualificada nestes autos, contra ato praticado pelo **PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO – TRE/MT**, objetivando declaração de nulidade da decisão em que se inabilitou a Impetrante no procedimento licitatório Pregão Eletrônico n. 3/2019, do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, bem como seja determinada a retratação pública do Impetrado, por intermédio do chat do sistema “Comprasnet”, com a finalidade de dar ciência a todos os demais licitantes e concorrentes de que não há registro de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o poder público que recaia sobre a pessoa jurídica da Impetrante ou sobre seus sócios.

Sustenta, a Impetrante, que, em 09/05/2019, participou no Pregão Eletrônico identificado nos autos, concorrendo para o Grupo n. 17, que é composto pelos itens n. 85 a 87, cujo objeto é a aquisição de lâmpadas de LED tubular, do qual foi arrematante, pois ofertou proposta com melhor preço.

Diz que referida licitação ocorreu por intermédio do sistema de compras denominado COMPRASNET e, no dia 09/05/2019, após a fase de lances e o envio de toda a documentação técnica do produto e sua habilitação da Impetrante, dentro do prazo estipulado no edital, em 13/05/2019, às 10h34m, sua proposta foi recusada, sob a justificativa de que “(...) a certidão do CNJ do senhor GENARO MOACIR PRATES sócio da empresa QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, primeira colocada do LOTE 17, consta POSITIVA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade. Sendo assim, será INABILITADA”.

Alega que a decisão acima referida foi publicada por intermédio de “Chat” destinado ao registro de mensagens da sessão pública e, às 11h22m, foi informada que a consulta foi realizada conforme prescrição dos itens 13.1.1 e 13.1.2 do Edital.

Verbera que a inabilitação acima referida foi justificada pelo fato de que um dos seus sócios da empresa, Genaro Moacir Prates, encontra-se inscrito no registro de condenados cíveis por ato de improbidade administrativa, em virtude de sentença transitada em julgado proferida nos autos n. 00001834-09.2010.8.16.0150, que tramitou na Vara Cível da Comarca de Santa Helena/PR.

Argumenta que, entretanto, as razões da inabilitação não se sustentam, uma vez que, além de inexistente, no âmbito nos mencionados autos, aplicação da pena de proibição de contratar com o poder público, referido sócio condenado não se trata de sócio majoritário da empresa Impetrante. Por intermédio da decisão de id n. 54362661, deferiu-se parcialmente a liminar pleiteada, determinando-se a suspensão do Pregão Eletrônico n. 03/2019 e proibindo-se a contratação das empresas declaradas vencedoras, no Grupo n. 17, que é composto pelos itens n. 85 a 87, do qual a Impetrante foi arrematante, até o julgamento de mérito do presente *mandamus*.

A União manifestou seu interesse na lide no id n. 56716611.

Notificado, o Impetrado prestou suas informações de acordo com o id. 59875594, alegando que tomou a decisão de inabilitar a Licitante/Impetrante sob o único fundamento de que o sócio





GENARO MOACIR PRATES, detentor de 50% da participação societária, conforme informação extraída do SICAF – Relatório de Sócio/Administrador, apresentou restrição do cadastro de Improbidade Administrativa do CNJ, o que afrontaria ao item 13.1, alínea “c” c/c os subitens 13.1.1 e 13.1.2 do edital de Pregão n. 03/2019.

Instado, o Ministério Público Federal apresentou o parecer juntado por meio do id n. 64186107, opinando pela concessão parcial da ordem.

É o breve relato. Decido.

## FUNDAMENTAÇÃO

Estando presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, adentro ao mérito da causa.

Busca-se, com a presente impetração, que seja declarada nula a decisão proferida pelo Pregoeiro da Comissão de Licitação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, ora Impetrado, por meio da qual se inabilitou a Impetrante no procedimento licitatório Pregão Eletrônico n. 3/2019, bem como seja o Impetrado compelido a se retratar, por intermédio do chat do sistema “Comprasnet”, para o fim de dar ciência a todos os demais licitantes e concorrentes de que não há registro de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o poder público que recaia sobre a pessoa jurídica da Impetrante ou sobre seus sócios.

O pedido formulado em sede liminar foi deferido nos seguintes termos:

Infere-se das disposições editalícias insertas no item 13.1, que como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro deveria se incumbir de verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Ademais, consoante os subitens 13.1.1 e 13.1.2 da norma acima referida, a consulta deveria ser será realizada “(...) em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.

8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.”, e, se, constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

No caso concreto, portanto, cumprindo a norma acima registrada, observa-se que, conforme Mensagem da Sessão Pública, em 13/05/2019, às 10h34m44s, o Impetrado declarou a inabilitação da Impetrante, sob o fundamento de que o sócio da Impetrante, Genaro Moacir Prates, se encontra inserido no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa.

Nestes autos, por sua vez, observo que a Impetrante encartou ao feito documentos que comprovam que, nos autos da ação civil pública nos autos n. 00001834-09.2010.8.16.0150, com fundamento no art. 12, II, da Lei n. 8.429/92, o sócio “administrador” da empresa, Genaro Moacir Prates, foi condenado “(...) a pagar, a título de perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio a diferença entre o valor por ele recebido e o valor encontrado pela perícia judicial, vale dizer, R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos) em favor da



municipalidade, aplico, ainda, a pagamento de multa civil de uma vez o valor do dano de R\$ 87.768,77 (oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), todos acrescidos de correção monetária pelo índice de correção da doura Corregedoria-Geral da Justiça, desde a data do pagamento e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação.". Referido provimento ainda determinou que, com o trânsito em julgado, fosse formalizado o registro do nome deste no cadastro mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Destarte, a par dos argumentos retro, observo que o provimento acima referido, somente imputou ao sócio administrador da Impetrante a pena de ressarcimento por danos ilicitamente promovidos ao patrimônio público, além de impor-lhe o pagamento de multa civil. Assim, à primeira vista, observo que o referido sócio administrador da empresa Impetrante não sofreu a sanção de proibição de contratar com o Poder Público.

Neste contexto, a despeito da condenação do sócio administrador, com fundamento na norma do art. 12, I, da Lei n. 8.429/92, é forçoso concluir que a pena consistente na proibição de contratar com a Administração Pública não possui efeito automático da sentença. Ao contrário, considero que alcance depende da expressa definição e/ou descrição da sanção pelo Poder Judiciário.

Dito isso, ressoa necessário reconhecer que o ato administrativo que declarou a inabilitação da empresa Impetrante, em razão do registro do nome de seu sócio administrador no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, se apresenta excessivo e desarrazoado, na medida em que reconhece vedação não prescrita na condenação imputada ao responsável pela administração da Impetrante.

Com isso, à primeira vista, considero imperioso reconhecer a presença de fundamentos relevantes ao deferimento do pedido de medida liminar.

Friso, entretanto, que o acolhimento da medida deve limitar-se a suspender o Pregão Eletrônico n. 03/2019, do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, somente no tocante ao "Grupo n. 17, que é composto pelos itens n. 85 a 87 (aquisição de lâmpadas de LED tubular), do qual foi arrematante, pois ofertou proposta com melhor preço".

Com efeito, consoante as informações prestadas pelo Impetrado (id n. 59875594), complementadas pela certidão positiva trazida aos autos no id n. 59885623, observa-se que a inabilitação da empresa Impetrante deu-se, única e exclusivamente, em razão do registro do nome de seu sócio administrador no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, sem que fossem analisadas as sanções de fato impostas ao sócio Genaro Moacir Prates, consistentes na pena de ressarcimento por danos ilicitamente promovidos ao patrimônio público e no pagamento de multa civil, não tendo sido aplicada penalidade de proibição de contratar com o Poder Público. Nos termos do item 13.1.2 do Edital do referido do Pregão Eletrônico n. 3/2019, "Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação". A sanção a que se refere o mencionado dispositivo é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário (art. 12, incisos I a III da LIA Lei 8.429/92), penalidade esta que não se verificou imposta no caso concreto, razão pela qual a inabilitação da Impetrante revelou-se equivocada.

Em relação ao pleito de retratação pública do Impetrado, por intermédio do chat do sistema "Comprasnet", no intuito de dar ciência a todos os demais licitantes e concorrentes de que não há registro de impedimento que recaia sobre a Impetrante ou seus sócios, tal requerimento não



merece acolhimento, considerando que o mandado de segurança serve para proteger direito líquido e certo, buscando-se o desfazimento (ou a determinação de sua realização) de ato eivado de ilegalidade ou abuso de poder, de modo que o pedido se mostra incompatível com a natureza mandamental desta ação, o que pode ser postulado por meio da competente ação ordinária.

Por fim, não houve qualquer alteração no quadro fático ou jurídico no transcorrer da marcha processual, de modo que o entendimento ali esposado deve prevalecer.

#### **DISPOSITIVO**

Diante do exposto, confirmando a decisão que deferiu parcialmente o pedido de liminar, **CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA** vindicada, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, declarando nula a decisão de inabilitação da Impetrante no Pregão Eletrônico n. 03/2019, determinando a sua habilitação no mencionado procedimento licitatório, caso a inabilitação tenha como fundamento unicamente a causa em destaque.

Custas processuais pela pessoa jurídica representada pelo Impetrado.

Honorários advocatícios indevidos.

Havendo interposição do recurso de apelação, após o decurso do prazo para juntada das contrarrazões, encaminhem-se os autos ao Tribunal Regional da 1ª Região.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cuiabá, 15 de agosto de 2019.

*Assinatura Digital*  
**CIRO JOSÉ DE ANDRADE ARAPIRACA**  
Juiz Federal da 1ª Vara/MT





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

Avenida Anita Garibaldi, 888, 4º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1733 - Email: pretb01dir@jfpr.jus.br

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5032793-40.2019.4.04.7000/PR**

**IMPETRANTE:** QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP

**IMPETRADO:** PREGOEIRO - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - CURITIBA

**DESPACHO/DECISÃO**

1. Trata-se de mandado de segurança em que QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP requer a declaração de nulidade do ato do pregoeiro que a inabilitou no concurso do item 13 do Pregão Eletrônico 5/2019.

A impetrante informa que apresentou proposta aceita e vencedora para o objeto identificado no item nº 13 do pregão eletrônico para registro de preços nº 05/2019 da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR, campus de Curitiba.

Ocorre que na fase habilitação foi infirmada ao fundamento de que seu sócio majoritário está proibido de contratar com o Poder Público em razão de sanção cominada pela prática de ato de improbidade administrativa.

Entende equivocada a decisão da autoridade impetrada, aos argumentos: 1º) que o sócio condenado não é detentor da maioria de suas quotas sociais; 2º) que na ação de improbidade administrativa ao referido sócio não foi aplicada a penalidade de proibição de contratar com o Poder Público.

2. Decido.

Para a concessão da medida liminar em mandado de segurança, necessária a presença concomitante do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação no curso do processo, bem como da probabilidade do direito alegado.

A inabilitação da impetrante no processo licitatório com as chances concretas de convocação da próxima qualificada desmonstrar a urgência na medida requerida.

Sobre a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário nas decisões administrativas, o ato administrativo em questão enquadra-se no arquétipo do genuíno ato administrativo, o qual consiste, como preceitua Maria Sylvia Zanella di Pietro, na "[...] declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder

**5032793-40.2019.4.04.7000**

**700007043402.V7**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

*Judiciário."* (vertente mais restritiva, que afasta os atos normativos expedidos pela Administração Pública).<sup>1</sup> Além disso, pode ser concebido, conforme preleciona Celso Antonio Bandeira de Mello, como a *"declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes - como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional"*<sup>2</sup> (conceito, portanto, que abrange os atos genéricos e abstratos).

A despeito dessa divergência taxiológica, é pacífico que o ato administrativo possui atributos e elementos que o tornam figura ímpar no estudo dos atos jurídicos, decorrência do princípio básico que funda o subsistema do direito administrativo: supremacia do interesse público em face do interesse privado. Assim, o ato administrativo traz consigo atributos sem os quais a realização da atividade administrativa se tornaria inviável, como, por exemplo, a **autoexecutoriedade** (o ato administrativo, em regra, pode ser executado sem ser necessário se socorrer à via jurisdicional), a **imperatividade** (a eficácia do ato administrativo prescinde da anuência do administrado, sendo, portanto, fonte legítima para a produção unilateral de efeitos jurídicos que vinculam o administrado) e, até mesmo, a **tipicidade** (o ato administrativo deve estar inserido numa tipologia legal, uma vez que é fonte de obrigações aos particulares, e qualquer obrigação, por força do art.5º, I da CF, deve decorrer de lei).

Contudo, o atributo mais relevante para a solução de litígios na esfera jurisdicional recai, precisamente, sobre a **presunção de veracidade e legitimidade** do ato administrativo. Afinal, se presumivelmente válido e veraz o ato, por consequência, incumbe ao administrado a prova de que o ato administrativo foi produzido com violação às normas que lhe são aplicáveis ou de que se embasou em fato juridicamente falso ou inexistente. Logo, como afirma Dirley Cunha, *"[...] os atos administrativos, até prova em contrário, presumem-se em conformidade com o sistema normativo."* Além disso, *"[...] presumem-se verdadeiros os fatos aduzidos pela Administração. Assim ocorre com as certidões, atestados, declarações e informações fornecidas pela Administração."*<sup>3</sup> (CUNHA, Dirley, 2012, p.115)

Em contrapartida, diante de todos esses atributos, o controle judicial do ato administrativo -- amplamente consagrado pela doutrina e jurisprudência (Súmula 473 do STF e art.53 da Lei 9.784/99) -- deve também seguir um método criterioso e analítico (similar à imputação penal baseada no conceito analítico de crime), partindo-se da análise de cada elemento que compõe o ato, que estão positivados, atualmente, no art.2º da Lei de Ação Popular (*"são nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior; nos casos de: a) incompetência; b) vício de forma; c) ilegalidade do objeto; d) inexistência dos motivos; e) desvio de finalidade"*).

Nessa ordem de ideias, por exemplo, quanto à **forma**, o ato administrativo deve ser expedido em consonância com as prescrições legais, assim como deve provir do procedimento administrativo adequado para o seu perfazimento. Em relação a seu **objeto**,

5032793-40.2019.4.04.7000

700007043402.V7



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

também caberá o controle jurisdicional se o ato se enquadrar como "ato vinculado". Da mesma forma, se o administrador expedir o ato imbuído de **finalidade** diversa daquela prevista na norma, poderá ser anulado, com base na teoria do desvio de poder. Na mesma linha, se o **sujeito** que o expedir não tiver atribuição para praticá-lo, o ato também será invalidado. Por fim, todo ato administrativo é expedido em decorrência de um **motivo**,<sup>4</sup> isto é, de um pressuposto fático a partir do qual a administração pública determina a realização de certos efeitos jurídicos, sem o qual, portanto, o ato será nulo.

Em relação ao motivo para a prática do ato, não pode deixar de ser destacada a "teoria dos motivos determinantes", concebida inicialmente no Direito Francês e amplamente consagrada pela doutrina e jurisprudência pátria, como um genuíno instrumento de controle da legalidade do ato administrativo. José dos Santos Carvalho Filho<sup>5</sup> explana-a de maneira clara:

*Desenvolvida no Direito francês, a teoria dos motivos determinantes baseia-se no princípio de que o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade. E não se afigura estranho que se chegue a essa conclusão: se o motivo se conceitua como a própria situação de fato que impele a vontade do administrador, a inexistência dessa situação provoca a invalidação do ato.[334]*

*Acertada, pois, a lição segundo a qual “tais motivos é que determinam e justificam a realização do ato, e, por isso mesmo, deve haver perfeita correspondência entre eles e a realidade”.[335]*

*A aplicação mais importante desse princípio incide sobre os discricionários, exatamente aqueles em que se permite ao agente maior liberdade de aferição da conduta. Mesmo que um ato administrativo seja discricionário, não exigindo, portanto, expressa motivação, esta, se existir, passa a vincular o agente aos termos em que foi mencionada. Se o interessado comprovar que inexistente a realidade fática mencionada no ato como determinante da vontade, estará ele irremediavelmente inquinado de vício de legalidade.*

Portanto, o ato administrativo, quer discricionário, quer vinculado, pode ser invalidado se o motivo, mais precisamente, se o pressuposto fático sobre o qual o ato se lastreou, for considerado inexistente ou até mesmo incongruente com o objeto do ato administrativo.

No caso dos autos, o pregoeiro assim fundamentou a desclassificação da impetrante Evento1, ANEXO17):



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:14:27) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Convoquei o anexo no item 13. Gentileza enviar a documentação que será analisada.

**Sistema informa:** (28/06/2019 15:13:31) Senhor fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, solicito o envio do anexo referente ao item 13.

**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:13:09) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Ok. Estarei convocando o anexo.

**Fornecedor fala:** (28/06/2019 15:11:53) Favor abrir o anexo

**Fornecedor fala:** (28/06/2019 15:11:44) Sr. Pregoeiro, estamos enviando documentação pertinente ao assunto, uma vez que não existe impedimento de licitar ou contratar com o poder público que recaia sobre as pessoas dos sócios, nem da pessoa jurídica Queretaro. A documentação enviada consiste em três decisões em sede de liminar, bem como manifestações do Ministério Público Federal em nosso favor.

**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:11:26) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Possui alguma dúvida?

**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:11:17) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Conforme o item 8.1.5 do Edital, foi consultado as certidões dos sócios majoritários e a certidão do CNJ encontra-se positivada para um deles. Por este motivo, estaremos desclassificando sua proposta para o item 13 e chamando a próxima colocada.

O item 8.1.5 do Edital assim dispõe:

*8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios majoritários, por força do artigo 12 da Lei 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

Portanto, o motivo determinando para a decisão impugnada é de que a impetrante ou seu sócio-majoritário teriam sido apenas em ação de improbidade com a proibição de contratar com o Poder Público.

Todavia, da leitura das peças dos autos de improbidade administrativa que instruem a petição inicial tem-se que a sanção final imposta ao sócio-administrador da impetrante, Genaro Moacir Prates, foi exclusivamente de ressarcimento ao erário e pagamento de multa, ausente a penalidade de *vacatio operis* para contratar com a administração.

Ausente a penalidade específica de suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, não cabe ao pregoeiro interpretar de forma extensiva a presença do nome do sócio-administrador da empresa licitante na lista do CNJ, impondo-lhe sanção diversa daquela arbitrada pelo Juízo competente.

Desta forma, a decisão do pregoeiro não foi acertada, estando presente fundamento relevante ao pedido da impetrante.

3. Ante o exposto, **defiro o pedido liminar** para suspender os efeitos da decisão do pregoeiro no item 13 do Pregão 05/2019 da UTFPR, campus Curitiba que inabilitou a impetrante com fundamento na Certidão Positiva do CNJ em nome do sócio Genaro Moacir Prates decorrente da condenação da ação de improbidade 0001834-09.2010.8.16.0150; e determinar que o pregoeiro dê continuidade ao processo licitatório.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

Intime-se a impetrante da presente decisão, bem como promova a juntada dela nas mensagens da sessão pública. O presente mandado de segurança poderá ser acessado por meio da chave 475166425519 no sítio eletrônico [www.jfpr.jus.br](http://www.jfpr.jus.br).

4. Sem prejuízo dos atos adotados pela impetrante para salvaguardar seus direitos, intime-se a notifique-se a autoridade impetrada da presente decisão e para que preste as informações no prazo de dez dias, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.

5. Intime-se a UTFPR, nos termos do inciso II do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009, acerca do interesse em ingressar no feito.

6. Após, dê-se vista ao MPF para elaboração de parecer. Prazo de 10 (dez) dias.

7. Com a juntada do parecer, sigam os autos conclusos para sentença.

---

Documento eletrônico assinado por **FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700007043402v7** e do código CRC **68bb54f7**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP

Data e Hora: 2/7/2019, às 9:49:24

- 
1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014, p.205.
  2. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 30.ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p.389.
  3. CUNHA, Dirley da. Curso de Direito Administrativo. 11ed. Salvador: Juspodvm, 2012, p.115.
  4. Como afirma José dos Santos Carvalho Filho: "Toda vontade emitida por agente da Administração resulta da impulsão de certos fatores fáticos ou jurídicos. Significa que é inaceitável, em sede de direito público, a prática de ato administrativo sem que seu autor tenha tido, para tanto, razões de fato ou de direito, responsáveis pela extroversão da vontade. Pode-se, pois, conceituar o motivo como a situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente quando pratica o ato administrativo." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p.113).
  5. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p.133.

**5032793-40.2019.4.04.7000**

**700007043402.V7**





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

Avenida Anita Garibaldi, 888, 4º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1733 - Email: prctb01dir@jfpr.jus.br

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5032793-40.2019.4.04.7000/PR**

**IMPETRANTE:** QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - EPP

**IMPETRADO:** PREGOEIRO - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR - CURITIBA

**SENTENÇA**

**1. Relatório**

Pretende a impetrante, por meio da presente demanda, a declaração de nulidade do ato do pregoeiro que a inabilitou no concurso do item 13 do Pregão Eletrônico 5/2019.

Informa que apresentou proposta aceita e vencedora para o objeto identificado no item nº 13 do pregão eletrônico para registro de preços nº 05/2019 da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR, campus de Curitiba; ocorre que na fase habilitação foi desclassificada ao fundamento de que seu sócio majoritário está proibido de contratar com o Poder Público em razão de sanção cominada pela prática de ato de improbidade administrativa.

Entende equivocada a decisão da autoridade impetrada, aos argumentos: 1º) que o sócio condenado não é detentor da maioria de suas quotas sociais; 2º) que na ação de improbidade administrativa ao referido sócio não foi aplicada a penalidade de proibição de contratar com o Poder Público.

O pedido liminar foi deferido no evento 4.

A UTFPR manifestou interesse em acompanhar a lide.

Notificada, a autoridade impetrada prestou informações, defendendo o ato impugnado.

O Ministério Público Federal disse não ser causa que justificasse sua intervenção.

Vieram os autos conclusos para sentença.

Relatados. Decido.

**2. Fundamentação**

Não vejo motivos para modificar a decisão que deferiu o pedido liminar, a qual cito e adoto como razões de decidir:



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

*Para a concessão da medida liminar em mandado de segurança, necessária a presença concomitante do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação no curso do processo, bem como da probabilidade do direito alegado.*

*A inabilitação da impetrante no processo licitatório com as chances concretas de convocação da próxima qualificada desmonstrar a urgência na medida requerida.*

*Sobre a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário nas decisões administrativas, o ato administrativo em questão enquadra-se no arquétipo do genuíno ato administrativo, o qual consiste, como preceitua Maria Sylvia Zanella di Pietro, na "[...] declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário." (vertente mais restritiva, que afasta os atos normativos expedidos pela Administração Pública).<sup>1</sup> Além disso, pode ser concebido, conforme preleciona Celso Antonio Bandeira de Mello, como a "declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes - como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional"<sup>2</sup> (conceito, portanto, que abrange os atos genéricos e abstratos).*

*A despeito dessa divergência taxiológica, é pacífico que o ato administrativo possui atributos e elementos que o tornam figura ímpar no estudo dos atos jurídicos, decorrência do princípio básico que funda o subsistema do direito administrativo: supremacia do interesse público em face do interesse privado. Assim, o ato administrativo traz consigo atributos sem os quais a realização da atividade administrativa se tornaria inviável, como, por exemplo, a **autoexecutoriedade** (o ato administrativo, em regra, pode ser executado sem ser necessário se socorrer à via jurisdicional), a **imperatividade** (a eficácia do ato administrativo prescinde da anuência do administrado, sendo, portanto, fonte legítima para a produção unilateral de efeitos jurídicos que vinculam o administrado) e, até mesmo, a **tipicidade** (o ato administrativo deve estar inserido numa tipologia legal, uma vez que é fonte de obrigações aos particulares, e qualquer obrigação, por força do art.5º, I da CF, deve decorrer de lei).*

*Contudo, o atributo mais relevante para a solução de litígios na esfera jurisdicional recai, precisamente, sobre a **presunção de veracidade e legitimidade** do ato administrativo. Afinal, se presumivelmente válido e veraz o ato, por consequência, incumbe ao administrado a prova de que o ato administrativo foi produzido com violação às normas que lhe são aplicáveis ou de que se embasou em fato juridicamente falso ou inexistente. Logo, como afirma Dirley Cunha, "[...] os atos administrativos, até prova em contrário, presumem-se em conformidade com o sistema normativo." Além disso, "[...] presumem-se verdadeiros os fatos aduzidos pela Administração. Assim ocorre com as certidões, atestados, declarações e informações fornecidas pela Administração."<sup>3</sup> (CUNHA, Dirley, 2012, p.115)*

*Em contrapartida, diante de todos esses atributos, o controle judicial do ato administrativo -- amplamente consagrado pela doutrina e jurisprudência (Súmula 473 do STF e art.53 da Lei 9.784/99) -- deve também seguir um método criterioso e analítico (similar à imputação penal baseada no conceito analítico de crime), partindo-se da análise de cada elemento que compõe o ato, que estão positivados, atualmente, no art.2º da Lei de Ação Popular ("são nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a) incompetência; b) vício de forma; c) ilegalidade do objeto; d) inexistência dos motivos; e) desvio de finalidade").*

*Nessa ordem de ideias, por exemplo, quanto à **forma**, o ato administrativo deve ser expedido em consonância com as prescrições legais, assim como deve provir do procedimento administrativo adequado para o seu perfazimento. Em relação a seu **objeto**, também caberá o controle jurisdicional se o ato se enquadrar como "ato vinculado". Da mesma forma, se o administrador expedir o ato imbuído de **finalidade** diversa daquela prevista na norma, poderá*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

*ser anulado, com base na teoria do desvio de poder. Na mesma linha, se o **sujeito** que o expedir não tiver atribuição para praticá-lo, o ato também será invalidado. Por fim, todo ato administrativo é expedido em decorrência de um **motivo**, isto é, de um pressuposto fático a partir do qual a administração pública determina a realização de certos efeitos jurídicos, sem o qual, portanto, o ato será nulo.*

*Em relação ao motivo para a prática do ato, não pode deixar de ser destacada a "teoria dos motivos determinantes", concebida inicialmente no Direito Francês e amplamente consagrada pela doutrina e jurisprudência pátria, como um genuíno instrumento de controle da legalidade do ato administrativo. José dos Santos Carvalho Filho<sup>5</sup> explana-a de maneira clara:*

*Desenvolvida no Direito francês, a teoria dos motivos determinantes baseia-se no princípio de que o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade. E não se afigura estranho que se chegue a essa conclusão: se o motivo se conceitua como a própria situação de fato que impele a vontade do administrador, a inexistência dessa situação provoca a invalidação do ato.[334]*

*Acertada, pois, a lição segundo a qual "tais motivos é que determinam e justificam a realização do ato, e, por isso mesmo, deve haver perfeita correspondência entre eles e a realidade".[335]*

*A aplicação mais importante desse princípio incide sobre os discricionários, exatamente aqueles em que se permite ao agente maior liberdade de aferição da conduta. Mesmo que um ato administrativo seja discricionário, não exigindo, portanto, expressa motivação, esta, se existir, passa a vincular o agente aos termos em que foi mencionada. Se o interessado comprovar que inexistente a realidade fática mencionada no ato como determinante da vontade, estará ele irremediavelmente inquinado de vício de legalidade.*

*Portanto, o ato administrativo, quer discricionário, quer vinculado, pode ser invalidado se o motivo, mais precisamente, se o pressuposto fático sobre o qual o ato se lastreou, for considerado inexistente ou até mesmo incongruente com o objeto do ato administrativo.*

*No caso dos autos, o pregoeiro assim fundamentou a desclassificação da impetrante Evento1, ANEXO17):*

**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:14:27) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Convoquei o anexo no item 13. Gentileza enviar a documentação que será analisada.  
**Sistema informa:** (28/06/2019 15:13:31) Senhor fornecedor QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA, CNPJ/CPF: 02.480.417/0001-24, solicito o envio do anexo referente ao item 13.  
**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:13:09) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Ok. Estarei convocando o anexo.  
**Fornecedor fala:** (28/06/2019 15:11:53) Favor abrir o anexo  
**Fornecedor fala:** (28/06/2019 15:11:44) Sr. Pregoeiro, estamos enviando documentação pertinente ao assunto, uma vez que não existe impedimento de licitar ou contratar com o poder público que recaia sobre as pessoas dos sócios, nem da pessoa jurídica Queretaro. A documentação enviada consiste em três decisões em sede de liminar, bem como manifestações do Ministério Público Federal em nosso favor.  
**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:11:26) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Possui alguma dúvida?  
**Pregoeiro fala:** (28/06/2019 15:11:17) Para QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA - Conforme o item 8.1.5 do Edital, foi consultado as certidões dos sócios majoritários e a certidão do CNJ encontra-se positivada para um deles. Por este motivo, estaremos desclassificando sua proposta para o item 13 e chamando a próxima colocada.

*O item 8.1.5 do Edital assim dispõe:*

*8.1.5. A consunta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios majoritários, por força do artigo 12 da Lei 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

*Portanto, o motivo determinando para a decisão impugnada é de que a impetrante ou seu sócio-majoritário teriam sido apenadas em ação de improbidade com a proibição de contratar com o Poder Público.*

*Todavia, da leitura das peças dos autos de improbidade administrativa que instruem a petição inicial tem-se que a sanção final imposta ao sócio- administrador da impetrante, Genaro Moacir Prates, foi exclusivamente de ressarcimento ao erário e pagamento de multa, ausente a penalidade de vacatio operis para contratar com a administração.*

*Ausente a penalidade específica de suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, não cabe ao pregoeiro interpretar de forma extensiva a presença do nome do sócio-administrador da empresa licitante na lista do CNJ, impondo-lhe sanção diversa daquela arbitrada pelo Juízo competente.*

*Desta forma, a decisão do pregoeiro não foi acertada, estando presente fundamento relevante ao pedido da impetrante.*

*3. Ante o exposto, **defiro o pedido liminar** para suspender os efeitos da decisão do pregoeiro no item 13 do Pregão 05/2019 da UTFPR, campus Curitiba que inabilitou a impetrante com fundamento na Certidão Positiva do CNJ em nome do sócio Genaro Moacir Prates decorrente da condenação da ação de improbidade 0001834-09.2010.8.16.0150; e determinar que o pregoeiro dê continuidade ao processo licitatório.*

Desse modo, impõe-se a procedência do pedido.

### **3. Dispositivo**

Ante o exposto, **concedo a segurança**, nos termos do artigo 487, I, do CPC, declarando a nulidade do ato do pregoeiro que inabilitou a impetrante no Pregão Eletrônico 5/2019, com fundamento na Certidão Positiva do CNJ em nome do sócio Genaro Moacir Prates decorrente da condenação da ação de improbidade 0001834-09.2010.8.16.0150, de acordo com a fundamentação.

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.016/09. Custas na forma da lei.

Haverá reexame necessário, nos termos do §1º do artigo 14 da Lei do Mandado de Segurança.

Sentença registrada eletronicamente e publicada com a disponibilização no sistema. Intimem-se as partes.

Apresentada apelação, intime-se a parte contrária para contrarrazões e, decorrido o prazo legal, remetam-se os autos ao TRF/4ª Região.

Oportunamente, arquivem-se.

---

Documento eletrônico assinado por **FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico

**5032793-40.2019.4.04.7000**

**700007778776.V7**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700007778776v7** e do código CRC **80537626**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP

Data e Hora: 13/11/2019, às 7:16:13

---

**5032793-40.2019.4.04.7000**

**700007778776 .V7**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DE SANTA HELENA**  
**VARA CÍVEL DE SANTA HELENA - PROJUDI**  
**Avenida Brasil, 1550 - Santa Helena/PR - CEP: 85.892-000 - Fone: (45) 3268-1248**

**Autos nº. 0001834-09.2010.8.16.0150**

Processo: 0001834-09.2010.8.16.0150  
Classe Processual: Cumprimento de sentença  
Assunto Principal: Dano ao Erário  
Valor da Causa: R\$510,00  
Exequente(s): • Ministério Público do Estado do Paraná  
Executado(s): • GENARO MOACIR PRATES  
• RITA MARIA SCHMIDT

**DECISÃO:**

Vistos etc.

Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo **Ministério Público** em face de **Rita Maria Schmidt e Genaro Moacir Prates**, em fase de cumprimento de sentença.

No ev. 125.1 o executado **Genaro Moacir Prates** formulou proposta de acordo, requerendo o pagamento do valor por ele devido em noventa parcelas iguais e sucessivas, com o que concordaram o município de Santa Helena/PR (ev. 132) e o Ministério Público (ev. 133), pleiteando o *parquet* a manutenção das garantias prestadas pelos imóveis matriculados sob os nº 1.522 e 9.046 do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Helena/PR, com o que anuiu o executado (ev. 137).

É o relatório.

**Fundamento e decido.**

Como é cediço, a suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder a seis meses, sendo, para as demais hipóteses, um ano o prazo máximo de suspensão, conforme prescreve o artigo 313, §4º do Código de Processo Civil/2015, razão pela qual não merece deferimento o pedido de suspensão do processo.

Ademais, não haverá prejuízo às partes com a homologação do acordo e a extinção do processo, pois, caso sobrevenha o inadimplemento, nada impede que a parte exequente retome o cumprimento de sentença.



Assim, tendo em vista a manifestação da exequente, após o levantamento dos valores, requerendo a extinção do processo, tem-se que o feito atingiu seu desiderato, pelo que deve ser extinto.

Dessa forma, **HOMOLOGO** o acordo de ev. 125.1 para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo, em relação ao executado **Genaro Moacir Prates, com resolução do mérito**, na forma do artigo 487, inciso III, alínea “b” do Código de Processo Civil/2015.

Registra-se que permanecem penhorados os imóveis matriculados sob os números 1.522 e 9.046, do CRI dessa Comarca, liberando-se as constrações/penhoras sobre os demais imóveis.

Cumpram-se, no que forem cabíveis, as disposições do Código de Normas da Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná, arquivando-se oportunamente.

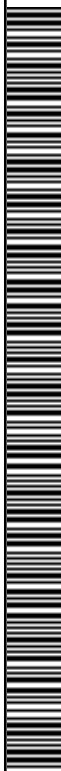
No mais, manifeste-se o exequente quanto ao prosseguimento do processo, em 15 (quinze) dias.

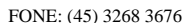
Intimações e diligências necessárias.

**Santa Helena, datado digitalmente.**

**Jorge Anastácio Kotzias Neto**

**Juiz de Direito**





1 - SAÍDA

**FOLHA 1/1**



[www.nfe.fazenda.gov.br/portal](http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal)

141190148983105 21/08/2019 09:26:05

## SANTA HELENA

PR

FONE / FAX  
4532688819

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**9:26**

## 2.878 00

TOTAL DA NOTA	
---------------	--

## CNPJ / CPF

UF

QUANTIDADE	8
------------	---

ESPÉCIE	CAIXAS
---------	--------

MARCA

MASTERLED

NUMERAÇÃO

	PESO BRUTO
--	------------

PESO LÍQUIDO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CSOSN	CFOP	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
225	Lampada LED tubo, modelo MS-TUBE-T8PW-18W - Registro Inmetro 003648/2018	85395000	0102	5102	UN.	200.0000	14,39	2.878,00

225	Lampada LED tubo, modelo MS-TUBE-T8PW-18W - Registro Inmetro 003648/2018
-----	--

85395000

0102
------

5102

UN.

200,000

	14,39
--	-------

NFE REF. NE 2019NE800119 EMITIDA EM 19.08.2019. PE 59/2019. PROC ORIGEM: 2019PR00005. PROCESSO: 23064005962201924. EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NAO GERA CREDITOS DE ICMS, ISS E IPI. DADOS BANCARIOS: BANCO 001, AG. 2577-1, C/C 91.277.5 - VAL APROX TRIBUTOS R\$ 561,21 (19.50%) FONTE: IBPT.

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE QUERETARO TECNOLOGIA DE PROTECAO AMBIENTAL LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AO LADO. EMISSÃO: 21/08/2019 VALOR TOTAL: 2.878,00 DESTINATÁRIO: UTPFR CAMPUS SANTA HELENA - PROLONGAMENTO DA RUA CEREJEIRA SÃO LUIZ - 85892-000 - SANTA HELENA - PR

DATA DO RECEBIMENTO
---------------------

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e  
Nº 000.001.315  
SÉRIE 1









NF-e  
Nº 000.001.603  
SÉRIE 1